

# Nova União



---

## PRODUTO 1

RELATÓRIO DO PROCESSO DE FORMAÇÃO DOS GRUPOS DE ACOMPANHAMENTO  
E DOS LANÇAMENTOS DOS PROCESSOS DE REVISÃO DOS PLANOS DIRETORES

---

NOVEMBRO/2016



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO

Processo de Revisão  
**planoDiretor**  
Assessoramento aos municípios | PDDI-RMBH

---

PRODUTO 1

RELATÓRIO DO PROCESSO DE FORMAÇÃO DOS GRUPOS DE ACOMPANHAMENTO  
E DOS LANÇAMENTOS DOS PROCESSOS DE REVISÃO DOS PLANOS DIRETORES

---

PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE NOVA UNIÃO

NOVEMBRO/2016

## **GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

### **Governador do Estado de Minas Gerais**

Fernando Damata Pimentel

### **Vice-Governador do Estado de Minas Gerais**

Antônio Eustáquio Andrade Ferreira

### **Secretário de Estado de Cidades e de Integração Regional (SECIR)**

Carlos Moura Murta

### **Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte | ARMBH - Diretora-Geral**

Flávia Mourão Parreira do Amaral

## **EQUIPE TÉCNICA | ARMBH**

### **Coordenação - Diretor de Regulação Metropolitana**

Mateus Almeida Nunes

### **Comissão Executiva**

Camila Miranda Knauer

Fabiana Caroline Ribeiro Rocha

Júlia Monteiro de Castro Laborne

Sabrina Faria Rocha

### **Diretoria de Regulação Metropolitana**

Daniel de Freitas Moraes Mendes

Adalberto Stanley Marques Alves

Fabrcio Pallione Avelar

Marilda Siqueira Castro

Vitor Fonseca Lima

Viviane Cota Alves da Silva

Flavio Santos Neves

Roscelly Cristinne Lima Moreira

Gisele Olmpia Piedade Carneiro

Matheus Correa Almeida

### **Assessoria de Comunicao**

Denise Walter Dias

Aloisio Soares Lopes

Maria Zita Toledo

Jssica Nayara Benfica

Marina Cupertino Xavier

## **EQUIPE TÉCNICA | UFMG**

### **Coordenação Geral**

Roberto Luís de Melo Monte-Mór, Professor, Cedeplar/FACE/UFMG

### **Coordenação Técnica**

Daniel Medeiros de Freitas, Professor, EA/UFMG

Geraldo Magela Costa, Professor, IGC/UFMG

Heloisa Soares de Moura Costa, Professora, IGC/UFMG

### **Gerência Operacional**

Mariana de Moura Cruz, Assistente de Pesquisa, EA/UFMG

Lucília Maria Zarattini Niffinegger, Cedeplar/FACE/UFMG

### **Gerência Técnica**

João Bosco Moura Tonucci Filho, Assistente de Pesquisa, IGC/UFMG

Marcos Gustavo Pires de Melo, Assistente de Pesquisa, FACE/UFMG

### **Coordenação de Sistema de Informações e Comunicação**

Eduardo Maia Memória, Assistente de Pesquisa, EA/UFMG

### **Coordenação de Mobilização Social**

Rodolfo Alexandre Cascão Inácio, Consultor

### **Coordenação dos Lugares de Urbanidade Metropolitana**

Clarice de Assis Libânio, Assistente de Pesquisa, NPGAU/UFMG

### **Coordenação Interna**

Bruno Fernandes Magalhães Pinheiro de Lima, Assistente de Pesquisa, UFMG

Daniela Adil Oliveira de Almeida, Assistente de Pesquisa, IGC/UFMG

Leandro de Aguiar e Souza, Assistente de Pesquisa, UFMG

Luiz Felype Gomes de Almeida, Assistente de Pesquisa, EA/UFMG

### **Equipe Técnica**

André Henrique de Brito Veloso, Assistente de Pesquisa, UFMG

Heloísa Schmidt de Andrade, Consultora.

Hidelano Delanusse Theodoro, Assistente de Pesquisa, EE/UFMG

Laís Grossi de Oliveira, Assistente de Pesquisa, UFMG

Leopoldo Ferreira Curi, Assistente de Pesquisa, UFMG

Luciana Maciel Bizzotto, Assistente de Pesquisa, UFMG

Marcos Eugênio Brito de Castro, Assistente de Pesquisa, IGC/UFMG

Matheus Silva Romualdo, Assistente de Pesquisa, UFMG

Rodrigo Silva Lemos, Assistente de Pesquisa, IGC/UFMG

Thaís Mariano Nassif Salomão, Assistente de Pesquisa, UFMG

Tiago Neves Guerra Lages, Assistente de Pesquisa, UFMG

### **Estagiários**

Ana Paula de Oliveira Freitas, Assistente de Pesquisa, EA/UFMG

Cintya Guedes Ornelas, Assistente de Pesquisa, UFMG

Evandro Luis Alves, Assistente de Pesquisa, FACE/UFMG

Júlio César de Oliveira, Assistente de Pesquisa, FACE/UFMG

Kaiodê Leonardo Biague, Assistente de Pesquisa, FACE/UFMG

Mariana Tornelli de Almeida Cunha, Assistente de Pesquisa, UFMG

Thaís Pires Rubioli, Assistente de Pesquisa, EA/UFMG

Thiago Duarte Flores, Assistente de Pesquisa, EA/UFMG

Victor Gabriel de Souza Lima Alencar, Assistente de Pesquisa, EA/UFMG

## **GRUPO DE ACOMPANHAMENTO DE NOVA UNIÃO**

Victor Hugo de Freitas Melo, Representante do Poder Executivo

Cayo Cesar Linhares Pinto, Representante do Poder Executivo

Márcio Verdão Torezani, Representante do Poder Executivo

Thayanne Marlen Batista Pinto, Representante do Poder Executivo

José André dos Santos (Dinho) , Representante do Poder Legislativo

José Geraldo da Silva (Zezé) , Representante do Poder Legislativo

Antônio Ribeiro, Representante da Sociedade Civil

Paulo Renato Gonçalves Dias, Representante da Sociedade Civil

Janine Rocha de Castro, Representante da Sociedade Civil

Karina Barbosa Soares de Oliveira, Representante da Sociedade Civil

Anderson Patrício Viana, Representante da Sociedade Civil

Samuel de Almeida Souto, Representante da Sociedade Civil

Nirlando José de Chaves, Representante da Sociedade Civil

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

ARMBH – Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte

CEDEPLAR– Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional

EA/UFMG – Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais

FACE/UFMG – Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais

IGC/UFMG - Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais

MZ – Macrozoneamento

MZRMBH – Macrozoneamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte

PDDI – Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado

RMBH – Região Metropolitana de Belo Horizonte

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 - Abertura da Audiência Pública de Nova União e Composição da Mesa .....	32
Figura 2 - Composição da Mesa com a presença do Prefeito Geraldo Paulo Andrade.....	33
Figura 3 - Apresentação da Legislação Urbanística vigente no município .....	35
Figura 4 - Apresentação da Equipe da UFMG: Contextualização Metropolitana .	37
Figura 5 - Presentes na Audiência Pública de Lançamento do Plano Diretor Municipal .....	38
Figura 6 - Abertura da fala aos presentes .....	43
Figura 7 - Abertura da fala aos presentes .....	44
Figura 8 - Votação do Grupo de Acompanhamento .....	47
Figura 9 - Leitura e Assinatura da Ata da Audiência Pública.....	48
Figura 10 - Material de divulgação no município .....	52
Figura 11 - Foto da divulgação no município.....	52
Figura 12 - Foto da divulgação no município.....	53

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>PARTE 01 - METODOLOGIA PRELIMINAR.....</b>	<b>15</b>
<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>2 PRINCÍPIOS E DIRETRIZES METODOLÓGICOS .....</b>	<b>17</b>
<b>3 METODOLOGIA PRELIMINAR POR ETAPA DE TRABALHO .....</b>	<b>24</b>
3.1 Metodologia de elaboração do Diagnóstico Propositivo Participativo .....	24
3.2 Metodologia de elaboração das Propostas Preliminares .....	28
3.3 Metodologia de elaboração das Propostas Finais .....	29
<b>PARTE 02 - RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA.....</b>	<b>30</b>
<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>30</b>
<b>2 RELATO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE LANÇAMENTO DO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE NOVA UNIÃO .....</b>	<b>31</b>
2.1 Abertura.....	31
2.2 Contextualização Local.....	34
2.3 Apresentação do Processo de Revisão dos Planos Diretores Participativos Municipais .....	36
2.4 Contribuições dos presentes à reunião.....	39
2.5 Eleição do Grupo de Acompanhamento .....	45
2.6 Encerramento .....	47
<b>PARTE 03 - RELATÓRIO DESCRITIVO E FOTOGRÁFICO DO PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL .....</b>	<b>49</b>
<b>1 METODOLOGIA DA MOBILIZAÇÃO.....</b>	<b>49</b>
<b>2 AVALIAÇÃO DA MOBILIZAÇÃO NO MUNICÍPIO .....</b>	<b>51</b>
<b>ANEXO I - CÓPIA DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO.....</b>	<b>54</b>

<b>ANEXO II – CÓPIA DA ATA LAVRADA E ASSINADA DA AUDIÊNCIA .....</b>	<b>55</b>
<b>ANEXO III – LISTA DE PRESENÇA .....</b>	<b>59</b>
<b>ANEXO IV - CÓPIA DO DECRETO DE FORMALIZAÇÃO DO GRUPO DE ACOMPANHAMENTO .....</b>	<b>61</b>
<b>ANEXO V - MINUTA PROPOSTA E CONVITES FINAIS ENVIADOS PELO MUNICÍPIO PARA AUTORIDADES/ENTIDADES .....</b>	<b>63</b>
<b>ANEXO VI - MINUTA DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA .....</b>	<b>68</b>
<b>ANEXO VII - CONVITE PARA REFORÇAR MOBILIZAÇÃO – MODELO E EMAL ENVIADO AO MUNICÍPIO .....</b>	<b>69</b>
<b>ANEXO VIII - ORIENTAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA .....</b>	<b>71</b>
<b>ANEXO IX - FORMATO AUDIÊNCIA .....</b>	<b>72</b>
<b>ANEXO X - MINUTA DA ATA DA AUDIÊNCIA DE LANÇAMENTO DO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL .....</b>	<b>73</b>
<b>ANEXO XI - ATRIBUIÇÕES DO GRUPO DE ACOMPANHAMENTO .....</b>	<b>75</b>
<b>ANEXO XII - MINUTA DO DECRETO LEI DE LEGITIMAÇÃO DO GRUPO DE ACOMPANHAMENTO .....</b>	<b>76</b>
<b>ANEXO XIII – APRESENTAÇÃO REALIZADA PELA UFMG NA AUDIÊNCIA PÚBLICA .....</b>	<b>78</b>

## **APRESENTAÇÃO**

O presente documento corresponde ao cumprimento do objeto previsto na Cláusula Primeira, especificada pela Cláusula Terceira do Contrato Nº 002/2016 firmado na data 10.10.2016 entre a Contratante, Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte – Agência RMBH, e a Contratada, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais – IPEAD.

Em cumprimento à Cláusula Sétima do Contrato Nº 002/2016, a Contratada faz conhecer e entregar o Produto 1 - Relatório do processo de formação dos grupos de acompanhamento e dos lançamentos dos processos de revisão do Plano Diretor do Município de Nova União, nos termos da Cláusula Terceira do Contrato nº 002/2016 e do Termo de Referência – TR-DR Nº 002/2016 anexo ao Contrato supracitado.

O Produto 1, de acordo com o TR-DR Nº 002/2016 faz parte da Etapa 1, Preparação e capacitação: Desenvolvimento e pactuação da metodologia com Agência RMBH e municípios; formação e capacitação dos grupos de acompanhamento e equipe interna, do objeto contratado conforme a Cláusula Primeira e Terceira do Contrato Nº 002/2016 no intuito de realizar as atividades previstas e acordadas na página 23 da TR-DR Nº002/2016:

1.1 Mobilização e capacitação junto aos municípios para formação e implantação dos grupos de acompanhamento municipal para o processo de revisão dos Planos Diretores com apoio de um grupo de mobilização social, coordenado pela equipe da Universidade;

1.2. Lançamento oficial da revisão dos Planos Diretores em audiências públicas;

1.3. Desenvolvimento preliminar da metodologia.

Os requisitos para desenvolvimento, entrega e aceitação do Produto 1 foram detalhados nas páginas 26 e 27 da TR-DR N°002/2016, nos seguintes termos:

Relatório contendo as atas das audiências públicas de lançamento dos processos de revisão, os decretos de formação dos grupos de acompanhamento, a proposta preliminar da metodologia de trabalho e o relatório descritivo e fotográfico do processo de mobilização social local, bem como listas de presença, convites enviados e demais mecanismos de divulgação utilizados pela equipe da IPEAD e pelo município. A audiência de lançamento do processo de revisão do plano diretor deverá ser divulgada por meio de materiais publicitários de ampla difusão, contendo data, local e tema, com antecedência mínima de 15 dias da realização da audiência. A programação da audiência deverá prever: palestras conceituais, apresentação do cronograma proposto de elaboração do Plano Diretor, eleição do grupo de acompanhamento por segmentos da sociedade civil, e espaço para debates.

Destarte, no intuito de atender os termos do Contrato N° 002/2016 e o Termo de Referência TR-DR N°002/2016, entrega-se o Produto 1 do Município de Nova União com todos os itens relacionados acima organizados e dispostos nesta forma:

- PARTE 01 - Metodologia Preliminar (em atendimento à atividade 1.3 da Etapa 1, previsto nos critérios de aceitação)
- PARTE 02 - Relatório de Audiência (em atendimento às atividades 1.1 e 1.2 da Etapa 1)
- PARTE 03 – Relatório descritivo e fotográfico do processo de mobilização social (em atendimento à atividade 1.1 da Etapa 1)

## **PARTE 01 - METODOLOGIA PRELIMINAR**

### **1 INTRODUÇÃO**

Este texto, denominado Metodologia Preliminar, tem como finalidade orientar o processo de desenvolvimento e pactuação da metodologia de revisão do Plano Diretor entre a equipe técnica, a Agência RMBH e o município, a qual comporá o Relatório Metodológico, Produto 3 da Etapa I do trabalho. Este processo será orientado também pelas análises dos Planos Diretores e da Legislação Urbanística Básica em Vigor no município (Produto 2 da Etapa 1) e inclui, ainda, amadurecimentos e considerações resultantes da capacitação dos Grupos de Acompanhamento Municipal.

A construção da Metodologia Preliminar traz como princípio o sentido de cidadania metropolitana que orientou a elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI-RMBH) e do Macrozoneamento Metropolitano (MZ-RMBH) da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Busca-se alcançar a participação ativa e ampliada de todas as esferas da sociedade em debate coletivo e democrático sobre o planejamento urbano da metrópole e sua integração com o planejamento urbano municipal.

A Metodologia Preliminar orienta também o método de revisão dos Planos Diretores Municipais quanto ao esforço de compatibilização e especificação, em escala local, dos avanços conceituais e propostas de políticas integrantes do PDDI e do Macrozoneamento Metropolitano, especialmente a definição das Zonas de Interesse Metropolitano (ZIM) e das Áreas de Interesse Metropolitano (AIM), bem como a definição e delimitação da Trama Verde Azul (TVA) e dos Lugares de Urbanidade Metropolitana (LUME).

Importante registrar que a elaboração do trabalho ocorre por meio da cooperação entre diferentes atores. Envolve uma equipe interna selecionada e coordenada pela UFMG trabalhando dentro da Agência RMBH, articulada com outra equipe externa lotada na própria Universidade. À equipe interna cabe o apoio técnico à Agência na elaboração das propostas da revisão dos Planos

Diretores Municipais, o acompanhamento e a consolidação de informações provenientes das etapas participativas e a garantia de compatibilização e integração entre a proposta territorial municipal e a metropolitana, prezando sempre pela articulação, e não pela sobreposição, entre o interesse local e o metropolitano. À equipe externa caberá o acompanhamento e a coordenação dos trabalhos da equipe interna, bem como a responsabilidade pelo desenvolvimento metodológico, conceitual e, quando houver necessidade, pela assessoria técnica e institucional do trabalho.

O município e a sociedade civil são os dois outros atores no processo de revisão dos Planos Diretores, sendo o primeiro responsável pelo fornecimento de informações e transmissão do saber técnico local, pela mobilização social (com apoio e capacitação da equipe da UFMG) e articulação política municipal, além do provimento da infraestrutura necessária para a realização dos eventos participativos e implantação de espaços institucionais ligados à realização da revisão dos Planos Diretores.

Para o desenvolvimento do trabalho de revisão dos Planos Diretores deverá ser formado um Grupo de Acompanhamento Municipal composto por técnicos e representantes do poder público municipal com expertise sobre a produção e a regulação do território do município, bem como por representantes da sociedade civil municipal. Esses grupos deverão não somente acompanhar os trabalhos feitos pela Agência RMBH e equipe interna da UFMG, com apoio da equipe externa, como também contribuir diretamente no desenvolvimento do diagnóstico e na formulação das propostas de revisão dos Planos Diretores. O Grupo exerce, sobretudo, papel como mobilizador social das instâncias que cada membro representa e reproduz em maior escala dos produtos realizados e informações levantadas ao longo do processo.

A seguir, apresentam-se, no item 2 deste relatório, os princípios e propostas norteadoras do planejamento metropolitano que orientarão o processo de revisão dos Planos Diretores; em seguida, no item 3, a proposta de metodologia preliminar subdividida de acordo com as próximas etapas do trabalho

de revisão do Plano Diretor, a saber: a Elaboração do Diagnóstico Propositivo Participativo (Etapa II), a Elaboração das Propostas Preliminares (Etapa III) e a Formulação da Proposta Final (Etapa IV).

## **2 PRINCÍPIOS E DIRETRIZES METODOLÓGICOS**

O presente processo de Revisão dos Planos Diretores de municípios da RMBH ocorre dentro de um quadro político e institucional que o diferencia dos tradicionais processos de revisão de Planos Diretores até então conhecidos. Isto porque na RMBH há um processo já avançado e consolidado de construção tanto do seu Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) como do seu Macrozoneamento (MZ), o que torna fundamental buscar a articulação e a compatibilização de suas propostas na revisão da regulação do território municipal visando o fortalecimento e a integração da RMBH.

Portanto, além da regulação em nível federal – a saber, o Estatuto da Cidade e o Estatuto da Metrópole –, a atual revisão dos Planos Diretores possui também como ponto de partida não somente os Planos e a legislação urbanística já existentes nos municípios, mas de modo mais decisivo, as propostas, políticas e categorias desenvolvidas no âmbito do processo de planejamento metropolitano em curso há quase uma década. Diante disso, parte da metodologia preliminar dos trabalhos envolve um resgate das principais características do PDDI e do Macrozoneamento que possuem um rebatimento direto e orientador sobre os municípios, particularmente sobre seus Planos Diretores.

Enfim, o sentido principal do trabalho de revisão dos Planos Diretores municipais que aqui se inaugura consiste em garantir a perspectiva metropolitana, principalmente por meio da compatibilização territorial entre as realidades municipais e as propostas do planejamento metropolitano oriundas do PDDI e do MZ, especificamente: a) proposta de reestruturação territorial metropolitana: rede de centralidades e de mobilidade; b) Zonas de Interesse Metropolitano (ZIMs) e Áreas de Interesse Metropolitano (AIMs); c) Trama Verde e Azul (TVA); d)

Lugares de Urbanidade Metropolitana (LUMEs). Tais propostas formuladas no âmbito metropolitano, acrescidas de diversas outras políticas previstas no PDDI que incidem mais diretamente sobre o território, serão a base para a compatibilização entre o interesse local e o metropolitano, assim como para orientação das propostas de estruturação territorial de cada município. Ao mesmo tempo, tal compatibilização entre as propostas metropolitanas e as propostas municipais concorre para a efetiva implantação tanto do PDDI como do Macrozoneamento sem prejuízo do interesse local; ou seja, o local é considerado também como expressão da política metropolitana de maneira integrada e democrática. O nexo municipal-metropolitano destaca-se, portanto, como desafio premente do processo, e deverá ser observado no detalhamento metodológico por vir.

Nesse sentido, importa iniciar esta proposta metodológica preliminar por meio do resgate e da articulação entre categoriais previstas no PDDI e no MZ de modo a tornar mais evidente qual a função e a importância de cada uma delas na proposta de revisão de cada Plano Diretor aqui trabalhado.

Em primeiro lugar, cabe resgatar que o PDDI parte do diagnóstico em que a RMBH se caracteriza por uma forte centralidade em Belo Horizonte que se expressa em uma desigualdade de desenvolvimento territorial, numa polaridade monocêntrica de oportunidades, numa dependência desequilibrada entre Belo Horizonte e os demais municípios, numa distribuição não-equitativa entre bônus e ônus da dinâmica metropolitana, numa centralização na prestação de serviços etc. Ou seja, a RMBH se caracteriza por uma reprodução dos esquemas dependentes de centro-periferia. Esse quadro se expressa, por exemplo, em um sistema viário e numa lógica de transporte radiocêntrica, ou num balanço de serviços ambientais desequilibrado – não raro às custas dos interesses municipais –, ou ainda numa urbanização estendida com a proliferação de urbanizações periféricas – não raro informais e em conflito com a preservação ambiental.

Na proposta do PDDI, portanto, entende-se que um desenvolvimento mais integrado da RMBH passa pela reestruturação da dinâmica territorial de maneira a romper com a lógica centro-periferia e produzir um espaço com mais possibilidades para um desenvolvimento mais igualitário e sustentável. A reestruturação territorial ambiciona uma metrópole policêntrica, compacta, com centralidades e sub-centralidades articuladas em rede cuja dinâmica seja integrada ao invés de dependente, de modo a respeitar e potencializar as oportunidades e as necessidades locais em articulação com as possibilidades metropolitanas.

A reestruturação territorial é mais do que uma das políticas do PDDI, uma vez que é um tema transversal que pertence ao horizonte de todo o Plano. Nesse sentido, é importante frisar que o PDDI, na sua totalidade, concorre para sua realização, ou seja, a construção de uma metrópole policêntrica integrada em rede depende não somente de esforços na regulação integrada do uso do solo e do planejamento estritamente territorial, mas também da implantação das diversas políticas de todos os eixos do PDDI de acordo com cada especificidade territorial, além, é claro, de um ambiente institucional que estimule e possibilite uma gestão democrática e compartilhada da RMBH. Essa articulação íntima entre a reestruturação territorial e as demais políticas do PDDI é de importância central para a revisão do Plano Diretor, pois esse é um momento privilegiado para a especificação e aplicação de tais políticas na escala local visando a compatibilização da política metropolitana com a política local. Ao tomar as políticas do PDDI como balizas para a articulação e elaboração das políticas municipais de desenvolvimento dá-se um importante passo na efetivação do PDDI como uma proposta de gestão integrada e compartilhada do território metropolitano.

Dessa mesma forma, o Macrozoneamento não deve ser visto apenas como um dos programas que compõe a Política de Metropolitana Integrada de Regulação e Uso do Solo do PDDI – assim como a revisão dos Planos Diretores não pode ser vista como apenas parte do Programa de Apoio à Elaboração e Revisão das Legislações Municipais. Não devem ser entendidos tampouco como

processos autônomos e independentes do restante do PDDI. É nessa articulação que as categorias do Macrozoneamento podem ser compreendidas em toda sua complexidade e é dessa forma que irão informar o processo de revisão ora em construção.

As Zonas de Interesse Metropolitano e as Áreas de Interesse Metropolitano são as categorias mais básicas da proposta do Macrozoneamento e aquelas que mais se assemelham, sem se reduzir, às categorias tradicionais do planejamento territorial urbano. Ambas são delimitações de áreas nas quais foi identificada a necessidade de compatibilização entre o interesse metropolitano e o interesse local ou nas quais existe uma possibilidade de articulação transescalar que potencialize a gestão compartilhada e integrada do território. Tendo esses critérios em mente, as AIMS são áreas prioritárias para aplicação integrada de políticas do PDDI para a realização de uma potencialidade ou vocação específica – dentro de uma proposta de desenvolvimento territorial igualmente integrada com a perspectiva de uma RMBH policêntrica e articulada em rede; as ZIMs podem ser interpretadas como áreas nas quais a concretização do interesse metropolitano articulado não depende somente da aplicação das políticas do PDDI, mas também, de modo mais decisivo, da regulação do uso do solo. Ou seja, de modo mais esquemático, as ZIMs são áreas que expressam o interesse metropolitano que demandam uma regulação territorial mais específica. As ZIMs incorporam em parte tanto a proposta de reestruturação territorial metropolitana quanto propostas de outras políticas identificadas com o interesse metropolitano, a exemplo das políticas dos eixos Urbanidade e Sustentabilidade que convergem na proposta da Trama Verde e Azul e outras categorias de sobrezoneamento metropolitano.

Quanto ao rebatimento das ZIMs e das AIMS no planejamento local, deve-se atentar para essa articulação entre aplicação de políticas do PDDI e a regulação do uso do solo, seja numa forma tanto mais direta, pela compatibilização entre a proposta do Macrozoneamento e os Planos Diretores, ou mais indireta, no desdobramento dessas categorias para o planejamento municipal local. Nesses termos, a compatibilização entre o território municipal e o

metropolitano deve se dar tanto na dimensão dos parâmetros e diretrizes dos zoneamentos propostos no Macrozoneamento Metropolitano (ZIMs) quanto nas propostas de políticas articuladas e vinculadas a áreas específicas (AIMs).

Sobreposta territorialmente tanto às ZIMs quanto às AIMs, mas guardando a concepção de um território privilegiado de aplicação de políticas do PDDI, a Trama Verde-Azul, ajuda a compor a imagem de uma região metropolitana articulada em rede, ou seja, é uma outra importante dimensão da reestruturação territorial, uma nova concepção a partir da qual a estrutura da região metropolitana pode ser pensada, visualizada e transformada. A TVA é uma articulação entre elementos ambientais, culturais e econômicos que pretende articular, empoderar e ressignificar territórios marginalizados ou invisibilizados pela lógica tradicional do planejamento – mesmo quando este considerava tais dimensões, porém em categorias analíticas independentes. A TVA permite imaginar uma reestruturação territorial igualmente articulada em rede, mas sob outra perspectiva, que traz à tona a centralidade da natureza no processo de urbanização e a articula de modo horizontal à proposta de centralidades em rede – dando, na verdade, um novo sentido à concepção de centralidade gestada no PDDI. Ou seja, a Trama penetra e entrecruza (não só conceitualmente, mas também física e territorialmente) todas as demais categorias territoriais do Macrozoneamento de modo a enriquecer o significado, a dimensão e as possibilidades de cada uma delas.

Por fim, o primeiro esforço de criação de espaços institucionais para a instauração de um processo de participação contínuo e democrático que visa também o desenvolvimento de um espírito de cidadania metropolitana é representado pelo projeto dos Lugares de Cidadania Metropolitana (LUMEs). No PDDI, os LUMEs derivam de um programa dentro da Política Metropolitana Integrada de Democratização dos Espaços Públicos, e pretendem ser espaços físicos e/ou digitais que constituirão centros locais de organização, coleta e sistematização de informações, de divulgação e debate das principais questões do território metropolitano, de capacitação e troca de experiências entre os atores metropolitanos, e de articulação política entre os interesses metropolitanos e

locais. Os LUMEs, no entanto, são espaços institucionais abertos e orgânicos que devem se constituir como a ponta institucional mais dinâmica e próxima dos atores no processo de gestão democrática compartilhada e das interações entre saber técnico e saber emanado da vida cotidiana local na perspectiva da aprendizagem social. Nesse sentido, a implantação dos LUMEs é um processo de longo prazo e que encontra, no processo de revisão dos Planos Diretores, uma oportunidade de experimentação a partir dos Espaços Físicos e Digitais do Plano Diretor – que pode e deve ser encarada como um embrião de LUME no município trabalhado. Os LUMEs também devem ser vistos como pontos de costura institucional e de participação popular que anima a implantação, o acompanhamento e o desenvolvimento tanto das políticas do PDDI como das propostas mais territoriais (ZIMs, AIMs e TVA). A possibilidade de experiência no processo de participação de revisão do Plano Diretor será essencial para a sensibilização tanto para a importância política e técnica do envolvimento dos diferentes atores do território no processo de planejamento quanto para o exercício de uma cidadania metropolitana. Pretende-se que os LUMEs passem assim a ser guardiões institucionais não só do Plano Diretor como também da sua compatibilização e articulação com o planejamento metropolitano e com o PDDI.

Como o planejamento intersetorial e transdisciplinar é uma diretriz essencial do PDDI, os estudos e propostas não deverão ser organizados conforme suas tradicionais e fragmentadas áreas técnicas e setoriais (uso do solo, mobilidade, habitação etc.), o que apenas reproduziria, no plano metodológico, as análises parcelares e a falta de diálogo entre saberes e instituições que se quer evitar na prática de um planejamento que se pretenda mais integrado. Portanto, estudos e propostas deverão ser orientados pelos Eixos Temáticos Integradores (ETIs) definidos no âmbito do PDDI: Acessibilidade, Seguridade, Sustentabilidade e Urbanidade.

Quanto ao Diagnóstico Propositivo, os estudos técnicos do Produto 6 deverão ser orientados pelas principais linhas de questões e preocupações que tenham emergido da etapa da Leitura Comunitária (Produto 5). Desse modo, os

trabalhos de pesquisa e investigação de caráter mais técnico passam a ser orientados por problemas prioritários e questões críticas emanados do próprio território e organizadas a partir dos eixos integradores acima mencionados. Caminha-se assim na direção de um Diagnóstico Propositivo Participativo que tente superar a distância que geralmente se estabelece entre as etapas de diagnóstico e de proposição, assim como entre as leituras técnicas e as leituras comunitárias.

Ademais, as leituras Comunitárias e Técnicas deverão ser pensadas a partir de uma perspectiva metropolitana, entendida como um olhar diagonal que conecta e articula as escalas local, municipal, supramunicipal, inter-regional e regional. Nem localismo autocentrado, nem regionalismo indiferente às realidades locais: o que se preconiza é uma abordagem transescalar que nos permita melhor compreender os nexos e relações entre cada porção do território municipal e o território metropolitano, no intuito de fortalecer laços, vínculos e relações de complementaridade e reciprocidade. Importa também destacar que por território municipal entende-se a totalidade do município, abrangendo, portanto, suas porções “rurais” e “urbanas”, assim como a diversidade e pluralidade de usos e atividades que nesse território de desenvolvem, tais como aquelas geralmente identificadas apenas com o rural: agricultura, extrativismo, artesanato etc.

Do ponto de vista do processo participativo, além da instalação do Espaço do Plano Diretor, o projeto privilegia a articulação entre saber técnico e saber popular e o processo de participação contínuo, democrático e efetivo através da criação de Grupos de Acompanhamento compostos por membros representativos da sociedade civil e do poder público que passarão, já na primeira etapa do processo, por uma atividade de capacitação. Essa capacitação, entretanto, não se resume à formação e a informação do processo de planejamento metropolitano e de suas categorias; o objetivo da capacitação é uma troca de informações e experiência visando a compatibilização entre os interesses locais e metropolitano representado, num primeiro momento, na pactuação de uma metodologia definitiva e específica para o desenvolvimento do trabalho de revisão. Ou seja, durante a capacitação os grupos de acompanhamento não serão agentes

passivos, mas participarão mais ativamente na construção coletiva de uma metodologia e de um planejamento de trabalho coletivo.

### **3 METODOLOGIA PRELIMINAR POR ETAPA DE TRABALHO**

#### **3.1 Metodologia de elaboração do Diagnóstico Propositivo Participativo**

O produto Diagnóstico Propositivo inclui as diretrizes de estruturação urbana do município e a avaliação final em relação às discrepâncias, convergências e necessárias ou possíveis adequações em relação ao Macrozoneamento Metropolitano. Alinhado às diretrizes metodológicas apontadas em item anterior, a elaboração do Diagnóstico Propositivo Participativo adotará como fundamento a construção de pelo menos três níveis de integração. O primeiro, a integração entre os temas técnico-setoriais em quatro Eixos Temáticos Integradores – Acessibilidade, Segurança, Sustentabilidade e Urbanidade – dando continuidade ao processo adotado para elaboração do PDDI e do Macrozoneamento, que rompe a lógica interna das tradicionais áreas temáticas do campo do planejamento urbano. O segundo, a integração entre diagnóstico e proposta. E o terceiro, a integração entre a leitura técnica e a comunitária.

Para a construção e consolidação do Diagnóstico Propositivo Participativo, propõe-se o seguinte percurso metodológico:

- a) Levantamento e análise preliminar a partir de dados secundários, complementados por eventual reconhecimento preliminar de campo, visando a preparação do material que será subsídio tanto para a realização da primeira oficina comunitária como para a constituição do Espaço Físico e Digital do Plano Diretor. Este levantamento inclui a consulta aos seguintes materiais: (a) o acervo do PDDI e do Macrozoneamento, composto de diagnósticos temáticos transversais e banco de dados georreferenciado; (b) a legislação municipal; c) outras fontes de dados secundários complementares (IBGE, IPEA, Fundação João Pinheiro etc.).

A materialização deste levantamento preliminar foi iniciada pela equipe interna através da formulação de uma apresentação que reúne informações a respeito dos onze municípios abrangidos pelo contrato. Nesse esforço inicial foram identificados, sobretudo, as principais potencialidades e conflitos em cada localidade apontados pelo PDDI e pelo Macrozoneamento bem como a interface dos municípios com as áreas demarcadas como ZIMs e AIMs. Complementarmente, nesse esforço inicial apontou-se a estrutura e conteúdo básico dos Planos Diretores bem como alguns dados comparativos sobre a realidade socioeconômica local.

A apresentação faz parte de um processo em curso de capacitação e imersão da equipe interna nas realidades que serão foco do trabalho, nos materiais já produzidos e orientadores da proposta de revisão e no objetivo pretendido de diálogo entre a esfera local e metropolitana. Uma reunião de trabalho voltada para a discussão sobre diferentes temas que permeiam um processo de revisão de planos diretores (regulamentação de instrumentos urbanísticos; função social da propriedade; etc.) tendo-se em vista o viés metropolitano específico da RMBH compôs também essa capacitação. Pretende-se assim um significativo alinhamento interno que possibilite a orientação consistente dos agentes locais para a realização dos trabalhos.

- b) Seleção, preparação e processamento de material decorrente das fontes secundárias e desenvolvimento de material e conteúdo para que seja disponibilizado para consulta e interação no Espaço Físico e Digital do Plano Diretor.

O Espaço Plano Diretor visa estimular a divulgação e a participação da sociedade no processo de revisão do Plano Diretor e constituirá um canal permanente de comunicação e de encaminhamento de sugestões e informações entre a equipe responsável pelos trabalhos técnicos e a sociedade em geral. É um espaço que também serve ao propósito de

capacitação, divulgação e condensação das informações e propostas relacionadas ao processo. Os custos de implantação e operação do Espaço Físico do Plano Diretor deverão ser assumidos pelo Município, cabendo à equipe da UFMG somente a elaboração do conteúdo, do formato e da metodologia de funcionamento dos mesmos. O Espaço Digital será desenvolvido e mantido pela equipe da UFMG durante os trabalhos de revisão dos Planos Diretores, configurando uma plataforma digital interativa capaz de proporcionar o acesso da população às informações geradas e será ambientado na plataforma digital da RMBH.

Ambos os espaços – físico e digital – serão construídos para cada município objeto do contrato. No entanto, com intuito a fomentar o trabalho integrado e a consciência territorial metropolitana será promovida e continuamente estimulada a troca de informações entre as diferentes localidades de modo a produzir estruturas que, apesar de individualizadas, tenham um caráter comum e compartilhado.

- c) A sistematização de dados e preparação de material analítico-informativo para a leitura comunitária que será realizada através de audiência local no formato de oficina participativa para identificação de problemas, potencialidades e conflitos na ótica dos munícipes e das organizações da sociedade civil, abordando a realidade municipal em um contexto passado e presente, visando à identificação dos problemas, potencialidades, desejos e expectativas para o futuro do município.
- d) Elaboração de leitura técnica contendo estudos e eventuais levantamentos complementares de campo.
- e) Elaboração de síntese preliminar da leitura técnica e comunitária com a preparação do material para a segunda audiência local no formato de oficina.

- f) Preparação e sistematização do material para a segunda oficina local participativa com a apresentação preliminar do diagnóstico-síntese e com definição coletiva de diretrizes para a proposta de estruturação territorial.

Orientará essa sistematização de informações a diretriz metodológica de construção de integração de temas a partir dos quatro Eixos Temáticos Integradores do PDDI e a partir do esforço de integrar as informações relativas à estrutura existente e a desejada. A partir dessa perspectiva, temas especializados como o mapeamento e análise do sistema viário existente poderão ser relacionados aos parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo, extrapolando o Eixo Mobilidade e incluindo questões relacionadas aos demais ETIs. Outro exemplo, a tensão entre a identificação das áreas adensáveis e as áreas de proteção é melhor equacionada quando se considera as diversas restrições à urbanização, decorrentes da estrutura de mobilidade, ameaça de riscos naturais, legislação existente, disponibilidade de infraestrutura, entre outros. De modo semelhante, a demarcação de áreas para habitação de interesse social, para novas centralidades ou para agricultura urbana, por exemplo, se articulam com a diversidade de usos e distribuição mais equitativa de equipamentos e instalações públicas que, por sua vez, estão relacionadas à geração de emprego e renda, logística de transporte e condições de acessibilidade e desenvolvimento sustentável.

- g) Elaboração do relatório final do diagnóstico propositivo que inclui as diretrizes pactuadas da proposta de estruturação urbana e a avaliação final em relação às discrepâncias, convergências e necessárias ou possíveis adequações em relação às propostas do PDDI e do Macrozoneamento Metropolitano.

### **3.2 Metodologia de elaboração das Propostas Preliminares**

O produto Elaboração das Propostas Preliminares para Revisão do Plano Diretor desenvolve as proposições do produto anterior e, através de realização de uma terceira audiência local participativa, sistematiza as propostas que serão consolidadas na minuta do projeto de lei do Plano Diretor. Para tal, a metodologia prevê:

- a) O desenvolvimento das propostas pela equipe técnica em formato preliminar.
- b) A preparação do material para as terceiras audiências locais participativas.
- c) A realização da Terceira Audiência Local Participativa, incluindo sistematização e apresentação do material.
- d) A sistematização, tendo-se em vista o objeto contratual de compatibilização das legislações locais com a Política Metropolitana, das propostas preliminares construídas e pactuadas em relação ao zoneamento, aos parâmetros de uso, ocupação e parcelamento, à adequação de perímetro e à espacialização de instrumentos de política urbana e rural, bem como da Trama Verde e Azul e de todos os incisos dispostos no artigo 42-B do Estatuto da Cidade. Pretende-se nesse ponto construir estratégias que possibilitem menos a mera definição de parâmetros locais e mais a interface destes com os objetivos e diretrizes de reestruturação territorial metropolitana. Em termos práticos, a partir desse tópico pretende-se buscar não apenas uma pretensa autoaplicabilidade dos Planos Diretores Municipais através, por exemplo, da construção de rebuscadas fórmulas para aplicação de instrumentos fiscais-urbanísticos, mas sim a identificação das políticas que de fato mostrem-se efetivas segundo a realidade de cada município e que, sobretudo, cooperem com o caráter metropolitano do trabalho. O Diagnóstico Propositivo

Participativo, orientado pelas demandas da Leitura Comunitária, servirá de base para essa construção.

### **3.3 Metodologia de elaboração das Propostas Finais**

O produto Propostas Finais para Revisão do Plano Diretor consolida a formulação e formatação da minuta do projeto de lei à ser encaminhada para o poder executivo municipal, para que se inicie o processo de tramitação para a aprovação da revisão do Plano Diretor Municipal.

## **PARTE 02 - RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA**

### **1 INTRODUÇÃO**

O presente relatório apresenta a descrição dos acontecimentos e os registros fotográficos referentes à Audiência Pública de Lançamento da Revisão do Plano Diretor do município de Nova União. A Audiência ocorreu no dia 09/11/2016 (quarta-feira), de acordo com o Edital de Lançamento publicado e divulgado pela Prefeitura de Nova União em 18/10/2016 (ver Anexo I). Assim, a divulgação atendeu o prazo mínimo de antecedência de 15 dias, conforme exigido pelo Termo de Referência TR-DR Nº 002/2016 anexo ao Contrato Nº 002/2016.

Tendo em vista as determinações do contrato firmado entre a Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte – Agência RMBH e a Fundação Instituto de Pesquisa Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais – IPEAD, este relatório possui a seguinte composição:

1. Descrição detalhada das etapas instituídas para o desenvolvimento da Audiência Pública;
2. Cópia do Edital de Convocação (Anexo I);
3. Cópia da Ata Lavrada e assinada da Audiência (Anexo II);
4. Cópia da Lista de Presença (Anexo III);
5. Cópia do Decreto de formalização do Grupo de Acompanhamento (Anexo IV).

Para a realização das Audiências Públicas foi estabelecida a seguinte programação básica:

1. Abertura: momento no qual ocorreu a apresentação da audiência e da pertinência da mesma no contexto do município, realizada pelo Poder Público local – Tempo Previsto de 20 minutos;
2. Contextualização local: apresentação por parte de um servidor público municipal das questões ligadas ao planejamento urbano local, sobretudo

- aquelas referentes à estrutura e efetividade do Plano Diretor – Tempo previsto de 20 minutos;
3. Contextualização Metropolitana e Apresentação do Plano de Revisão dos Planos Diretores: momento no qual se abordou (i) os aspectos conceituais que envolvem o trabalho em desenvolvimento, (ii) o cronograma proposto para a elaboração do Plano Diretor, explicitando-se as etapas nas quais ocorrerão a participação popular ampla; (iii) e a explicação das atribuições do Grupo de Acompanhamento. Esta etapa da audiência foi conduzida pela Equipe UFMG – Tempo previsto de 40 minutos;
  4. Debate com a sociedade: espaço para debates, participação da população por meio de questionamentos ou manifestações quaisquer sobre a revisão do Plano Diretor – Tempo previsto de 20 minutos;
  5. Eleição do Grupo de Acompanhamento organizado conforme a realidade social e de representação presente em cada município – Tempo previsto de 20 minutos;
  6. Leitura e aprovação da Ata e Encerramento – Tempo previsto de 10 minutos.

Dessa forma, previu-se uma duração média de duas horas e meia para a realização da Audiência. Com isso buscou-se atender todos os pontos fundamentais para início formal do processo participativo ligado à revisão dos Planos Diretores bem como as demandas do contrato. O detalhamento dos tópicos acima listados é apresentado a seguir.

## **2 RELATO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE LANÇAMENTO DO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE NOVA UNIÃO**

### **2.1 Abertura**

No dia 08 de novembro de 2016, às 17:00 horas, na Câmara Municipal de Nova União, foi aberta a Audiência Pública de Lançamento do Processo de Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Nova União, pelo

Secretário de Meio Ambiente, Sr. Pedro Paulo Repolês. Para a condução da Audiência Pública foram convidados, para compor a mesa:

- Geraldo de Paula Andrade, atual Prefeito de Nova União.
- Ulima Gaspar, futura Vice-Prefeita de Nova União.
- José Jesus, o Zezé, da Câmara dos Vereadores.
- Roberto Luís Monte-Mór, Coordenador da Equipe da UFMG.
- Sabrina, da Agência RMBH.

**Figura 1 - Abertura da Audiência Pública de Nova União e Composição da Mesa**



**Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2016**

Além dos membros da mesa, foi destacada a presença de representantes da Secretaria de Educação e da Associação de Reciclagem de Nova União UNICICLA e do Vereador Alex.

Após a composição da mesa foi dada a palavra ao Sr. Geraldo Paulo Andrade, atual Prefeito de Nova União. O Prefeito disse que quando chegou à prefeitura deram início à realização do Plano Diretor que agora passará por uma

reforma. Reforçou que em 50 dias irá sair do governo e espera que tudo seja bem encaminhado até o final de seu governo.

**Figura 2 - Composição da Mesa com a presença do Prefeito Geraldo Paulo Andrade**



**Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2016**

Em seguida foi apresentada a pauta da reunião, composta pelos seguintes tópicos principais:

- Contextualização Local;
- Apresentação do Processo de Revisão dos Planos Diretores Participativos Municipais;
- Contribuições dos presentes à reunião;
- Eleição dos Grupos de Acompanhamento;
- Encerramento.

## **2.2 Contextualização Local**

No tópico referente à contextualização local o Sr. Pedro Paulo Repolês, Secretário de Meio Ambiente, apresentou um panorama da legislação urbanística vigente. Retomou a aprovação do Estatuto da Cidade em 2001, que determinou a obrigatoriedade do Plano Diretor aos municípios que compõem a RMBH, dentre eles, Nova União. Por iniciativa do Prefeito Geraldo Roda-Viva, a Lei 615/2006 aprovou o Plano Diretor de Nova União, sob contratação de uma empresa que auxiliou na sua elaboração. Destacou os elementos que compõem o Plano e que resultaram nos atuais trabalhos realizados atualmente pelas Secretarias que compõem a Prefeitura.

Em sua fala, o Sr. Pedro Paulo apresentou o sumário do Plano vigente, passando por seus diferentes capítulos e explanando a importância de cada tópico. Destacou a formação do Conselho Municipal Plano Diretor como um dos elementos que compôs o Plano, porém, que não foi montado nem recebeu a devida atenção nas gestões municipais. Revisando as atribuições do Conselho, assumiu a falha do governo nesse sentido e a necessidade de retomar esse elemento participativo.

Destacou que o Plano tratou do zoneamento somente das regiões de Nova Aparecida e da Sede do Município de Nova União, determinadas como a zona urbana municipal, dentre as várias comunidades que compõem o todo de Nova União. Contudo, apresentou algumas localidades identificadas como ZEIS e que possuem, pelo menos, dois dos itens necessários para ser considerado Zona Urbana, segundo a legislação – por exemplo, Altamira e Carmo. Também destacou que só foi previsto como Zona de Expansão Urbana as áreas presentes na Sede do Município, embora este processo de expansão esteja ocorrendo em diversas localidades, inclusive com a formação de ocupações irregulares que necessitam de regularização.

**Figura 3 - Apresentação da Legislação Urbanística vigente no município**



**Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2016**

Destacou a aprovação da nova legislação do Estatuto da Metrópole, que está encadeado com uma série de regulamentações urbanísticas aprovadas nos últimos anos. Destacou a proximidade do município da APA Morro da Pedreira: Nova União divide cerca de 9km com o Parque Nacional da Serra do Cipó, cuja preservação ambiental deve ser considerada ao avaliar a expansão urbana do município.

O Sr. Pedro Paulo também apresentou alguns dados demográficos e projeções, que apontam para um baixo crescimento populacional, contudo, um fortalecimento do processo de urbanização do município.

Por fim, o Sr. Pedro Paulo apresentou a existência de um Plano de Regularização Fundiária Sustentável do Município de Nova União, realizado em 2009, com o apoio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana e do Ministério das Cidades, que não foi aplicado, mas que pode servir como base para este processo de revisão.

Sabrina, da Agência RMBH, apresentou sua função de acompanhar o processo de Revisão do Plano Diretor, colocando-se à disposição para qualquer dúvida.

### **2.3 Apresentação do Processo de Revisão dos Planos Diretores Participativos Municipais**

Na sequência o Prof. Roberto Luís Monte-Mór, Coordenador da Equipe UFMG, contextualizou o Contrato N° 002/2016, firmado no mês de outubro do corrente ano entre a Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte - AGÊNCIA RMBH, e a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais – IPEAD / UFMG, com previsão de execução de 15 meses.

Nessa contextualização foi destacado o objeto do Contrato, que consiste na prestação de serviços de Detalhamento das Zonas de Interesse Metropolitano, da Trama Verde e Azul e das Diretrizes do Macrozoneamento Metropolitano da RMBH em instância local e assessoramento à revisão dos Planos Diretores de 11 (onze) municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH. Apresentou, assim, as diretrizes gerais do projeto de revisão do Plano Diretor, embasadas na condução de forma democrática e participativa, à luz do processo de aprendizagem social que culminaria na construção do sentimento de cidadania metropolitana.

Conforme apresentado pelo Prof. Roberto Luís Monte-Mór, uma das principais contribuições dessa Audiência Pública estaria ligada à formação do Grupo de Acompanhamento do Processo de Revisão do Município de Nova União. O Grupo de Acompanhamento Municipal, composto por técnicos e representantes do poder público, bem como por representantes da sociedade civil municipal, deverá não somente acompanhar os trabalhos feitos pela Agência RMBH e pela equipe da UFMG, como também contribuir diretamente no

desenvolvimento do diagnóstico e na formulação das propostas de revisão do presente Plano Diretor.

**Figura 4 - Apresentação da Equipe da UFMG: Contextualização Metropolitana**



**Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2016**

Houve uma consideração sobre o Produto Final do presente contrato previsto para o município de Nova União, que consiste no encaminhamento, ao Executivo Municipal, da minuta do projeto de lei do Plano Diretor Participativo.

Nesse momento foi colocado que o principal marco legal do processo será o Estatuto da Cidade, Lei Federal 10.257/2001, tendo sido apresentados os conteúdos mínimos aplicáveis ao presente Plano Diretor (contidos nos artigos 42 e 42-B da referida lei), bem como os principais instrumentos previstos no Capítulo II da citada lei. Retomou, assim, a apresentação do Sr. Pedro Paulo, para explanar as bases norteadoras do trabalho no âmbito legislativo.

Em função do município de Nova União estar inserido na Região Metropolitana de Belo Horizonte, ressaltou-se que o processo ora em curso também deverá considerar como marco legal o Estatuto da Metrôpole, Lei

13.089/2015. Dentre os aspectos concernentes ao Estatuto da Metrópole foi dada ênfase ao artigo 09º, que prevê, dentre outros, os seguintes instrumentos de desenvolvimento urbano integrado: plano de desenvolvimento urbano integrado; e o macrozoneamento da unidade territorial urbana.

Foi também explicitado que, no caso da RMBH, as exigências de “plano diretor urbano” e do “zoneamento metropolitano” já se encontram em fase final de discussão, resultando em proposta de projeto de lei que deverá ser enviada em breve à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Destacou-se que tal proposta de projeto de lei foi elaborada de forma participativa, contemplando representantes do Estado, dos Municípios e do Conselho de Desenvolvimento da RMBH. Nessa perspectiva, a presente proposta de projeto de lei deverá orientar o processo de revisão do Plano Diretor Participativo do município em questão.

**Figura 5 - Presentes na Audiência Pública de Lançamento do Plano Diretor Municipal**



**Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2016**

Na sequência foi realizada uma contextualização sucinta do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da RMBH e do Macrozoneamento Metropolitano da RMBH, tendo sido destacados os principais produtos ligados a tais processos.

Destacou a existência do Site, que terá uma parte específica de Nova União e que deverá ser utilizado para consultar, agregar informações e integrar os diferentes agentes interessados no planejamento metropolitano. Foi destacado, ainda, o processo de descentralização centralizada proposto pelo PDDI, na tentativa de apresentar o lugar do município de Nova União na nova rede de centralidades proposta, através da compatibilização do zoneamento municipal à realidade fronteiriça do município.

Na conclusão do presente tópico foram apresentadas as principais etapas previstas em contrato, as responsabilidades dos atores, com destaque para a participação popular, e o cronograma estabelecido. Por fim, foram apresentadas todas as atribuições do Grupo de Acompanhamento.

#### **2.4 Contribuições dos presentes à reunião**

Foi então aberta a fala aos presentes à reunião, que se deu na ordem apresentada a seguir.

O Sr. Anderson, da UNICICLA, questionou se o Grupo de Acompanhamento seria formado na reunião de hoje. Também, questionou sobre o seu envolvimento dos integrantes do grupo em temas diversos, uma vez que sua área de atuação, por exemplo, é a de gestão dos resíduos sólidos.

Em resposta, o Prof. Roberto Monte-Mór destacou que a cidade perpassa diversos temas, os quais irão ser trabalhados no planejamento metropolitano. Trouxe, portanto, a importância da noção da transdisciplinaridade, que está relacionada à ampliação da ideia de cidade, e que será retomada ao longo do processo de capacitação do grupo de acompanhamento e desenvolvimento dos trabalhos. Deu o exemplo da compreensão da associação entre o transporte e a reciclagem, ou a habitação e a reciclagem: estabelecer tais relações é um dos objetivos que se pretende atingir neste processo de trabalho, culminando na construção da cidadania metropolitana.

Em resposta, o Sr. Anderson retomou o trabalho da UNICICLA, que aborda aspectos variados em torno do tema da reciclagem em sua atuação na cidade, como a inclusão social, a geração de renda, o saneamento básico e a preservação do meio ambiente.

O Sr. Paulo Renato, cidadão, questionou se haverá duas discussões em separado para a revisão do Plano Diretor: uma em Nova União e outra nos outros municípios limítrofes. Em resposta, o Prof. Roberto Monte-Mór mostrou que o processo será realizado concomitantemente, por uma única equipe, que buscará integrar as discussões em comum dentre os municípios que se integram. O Professor destacou que, embora o plano seja municipal, não é possível isolar o que está no entorno do município, de modo que o pensamento deve ser metropolitano.

O Sr. Paulo Renato destacou o interesse de parte da população em promover a expansão urbana, através de loteamentos. Recordou que a prefeitura chegou a fazer um levantamento para realizar um projeto de expansão urbana, que foi vetado pela Câmara. Considerando os diversos problemas em torno dessa questão, questionou se ocorrerá a discussão do processo de expansão urbana durante o processo de Revisão. Para ilustrar sua questão, destacou a venda de chácaras, o processo de ocupações irregulares e as possibilidades de crescimento da população local no futuro.

O Prof. Roberto Monte-Mór confirmou que este tema será discutido, apresentando as possibilidades de retomar a definição de áreas rurais ou adotar outros zoneamentos de contenção da expansão urbana (como de produção agrícola), dentre outros.

O Sr. Nirlando, cidadão, afirmou que o Plano atual é bom, embora esteja defasado. Destacou que a questão de expansão urbana depende muito da participação dos moradores, de modo que elas debatam sobre o que desejam ou não que aconteça no município. Apresentou que o processo de expansão urbana, que pode se tornar inevitável, deve ser digerido ao longo do tempo em debate com os moradores. Porém destacou que muitas pessoas não tinham o

conhecimento do Plano Diretor no processo de loteamentos, de modo que iniciavam processos ilegais. Assim, destacou a necessidade de que toda a comunidade deve ter ciência do Plano Diretor, não somente os especuladores imobiliários.

O Prof. Roberto Monte-Mór concordou com a fala de Nirlando, destacando o papel do Espaço Plano Diretor nesse sentido, como espaço de participação popular, o que poderia se dar, também, através dos LUMEs futuramente.

O Sr. Nirlando destacou também o papel da centralidade da educação na Sede de Nova União, que tem o potencial de disseminar informação nas outras regiões do município, o que pode ser associado à ideia do Espaço Plano Diretor. Destacou que se a Prefeitura tivesse contratado uma empresa privada para realizar esse processo, não haveria discussão com a população e, principalmente, tempo para o debate.

O Sr. Antônio Ribeiro, do assentamento Ho Chi Min, levantou a questão do mapeamento da área rural, uma vez que há um avanço da especulação imobiliária no entorno, que além das consequências para a questão habitacional, gera impactos ambientais, ao ignorar também, a questão da preservação das nascentes d'água e coleta de lixo. Destacou, ainda, a ausência de estímulos do município no que tange a uma Política Cultural local: não há interesse em criar bibliotecas, parques, estimular a agricultura urbana, dentre outros. Destacou a existência de assentamentos informais, como o seu e o João Pedro Teixeira, vizinha, que necessitam de maior entrada à participação.

Em resposta, o Prof. Roberto Monte-Mór destacou alguns elementos de sua fala, como a questão da agricultura urbana, tradicionalmente negligenciada na economia local, embora tenha forte potencial de dinamização local e de promoção da qualidade de vida. Afirmou que a Agência RMBH também já firmou um compromisso de lidar com essa vertente com maior cuidado nos municípios da RMBH. O resgate e valorização da cultura foi outra questão levantada na fala de Antônio Ribeiro e destacada pelo Professor, que reforça a importância da mobilização popular nesse sentido, o que perpassa a ideia dos LUMEs, proposta

pelo PDDI e que se pretende resgatar neste processo de revisão do Plano Diretor, capacitado pela Universidade, por exemplo, através de grupos de Economia Solidária.

O Sr. Pedro Paulo reforçou que a própria caracterização do município como uma ruralidade é de interesse de se fixar as pessoas do ambiente rural na cidade, promovendo melhorias na renda da população local. O plano de Manejo do Parque Nacional da Serra do Cipó também apresenta um potencial a ser explorado pelo município de Nova União, no sentido de preservação socioambiental, considerando que alguns assentamentos estão localizados nessa região.

O Prof. Roberto Monte-Mór retomou a TVA para explicitar como essa discussão está inserida no debate que ocorreu no Macrozoneamento, que se pretende sobrepor aos interesses locais tratados pelo novo Plano Diretor.

Sr. Anderson retomou a palavra, conectando com a discussão sobre Economia Solidária, na qual a UNICICLA se aplica. Destacou a existência de diversos produtores rurais de banana no município que não falam de Economia Solidária, a qual poderia ser implantada, destacando a possibilidade de inclusão na nova gestão da prefeitura para lidar com essa questão com os agricultores locais, o que gera resultados econômicos, conforme sua experiência própria.

**Figura 6 - Abertura da fala aos presentes**



**Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2016**

Sra. Narli Barbosa, do assentamento Ho Chi Min, disse que se sente grata por poder estar presente. Afirmou morar no município há 10 anos e que possui um forte distanciamento da população assentada e a gestão municipal. Disse estar grata de poder descobrir as políticas do município, oportunidade que não ocorria até o momento. Agradeceu, portanto, diretamente à UFMG, em especial à Daniela, que os comunicou sobre o evento, o qual não foi divulgado para a população, segundo a cidadã. Neste momento, outra moradora, concordou com sua fala da ausência de transparência municipal sobre as políticas públicas locais.

O Sr. José Jesus, atual vereador, destacou a importância deste processo de revisão do Plano Diretor voltar atenção para a criança de Nova União, que não possui oportunidade de lazer e esportes na cidade. Destacou que, embora os problemas atuais sejam pequenos, no futuro, a ausência de qualificação dessas crianças, poderá promover graves problemas para a população. Afirmou que muitas crianças frequentam as ruas da cidade no período noturno, as quais poderiam estar frequentando outros espaços públicos. O Sr. José Jesus reforçou que, dentre os diversos temas tratados no Plano Diretor, como cultura, habitação, meio ambiente, é imprescindível olhar para o essencial, que é o ser humano.

Em resposta, o Prof. Roberto Monte-Mór concordou com a importância de se considerar a relação entre cultura e esporte no processo de planejamento urbano. Retomou a forma de adaptar as discussões sobre esse tema, já abordadas no PDDI, à realidade municipal e a importância desse olhar estar presente no Grupo de Acompanhamento.

O Sr. Paulo Renato concordou com as falas proferidas, mas destacou a importância dos novos vereadores eleitos devem estar participando das discussões, além do Grupo de Acompanhamento, uma vez que o Plano Diretor é uma lei, a qual é aprovada pelo Legislativo. Destacou, por exemplo, a necessidade de uma Secretaria de Cultura e Lazer, desvinculando-a da Secretaria de Educação, de modo a dar a atenção devida para a questão levantada pelo Sr. José Jesus.

O Sr. José Geraldo, vereador, se manifestou quanto a essa questão da infância levantada pelo Sr. José Jesus.

**Figura 7 - Abertura da fala aos presentes**



**Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2016**

A Sra. Carina, moradora há 4 anos da cidade, também disse que o que o Sr. José Jesus disse sobre a necessidade de incentivar as crianças a participar do debate do planejamento urbano e preservação cultural e ambiental, trazendo a questão da importância construção de uma cidadania local. Enfatizou a deficiência da participação popular em Nova União, que algumas vezes é barrada da participação, noutras, se resume ao fato da população ser muito acomodada. Também disse que soube da Audiência a partir de outro Conselho, e não através de cartazes na cidade ou outros canais de divulgação (que são inexistentes no município). Afirma que a gerência municipal não tem interesse na participação popular e o entendimento da população enquanto parceria é necessário à administração municipal.

O Prof. Roberto Monte-Mór destacou que a ideia dos LUMEs está diretamente vinculada a esse debate levantado.

O Sr. Jair Barbosa, morador de Nova União há 30 anos, destacou a má vontade dos administradores municipais em realizar os desejos dos moradores. Trouxe questões de cerne político em torno das eleições municipais, afirmando que para a realização das políticas necessárias aos moradores é necessária boa vontade da administração municipal.

## **2.5 Eleição do Grupo de Acompanhamento**

Após a última contribuição dos cidadãos presentes à reunião foi encaminhada a eleição do Grupo de Acompanhamento. A eleição foi conduzida pela Equipe de Mobilização da UFMG, representada pelo Sr. Rodolfo Cascão, que destacou a importância do processo de participação nesse projeto de revisão do Plano Diretor de Nova União, estabelecido pelo Estatuto da Cidade.

Tendo em vista a configuração socioespacial do município foi definido, de forma democrática e participativa, que o Grupo de Acompanhamento do Município de Nova União será composto por 13 membros, organizado da seguinte forma:

- 04 membros do Poder Executivo Municipal (02 titulares e 02 suplentes);
- 02 membros do Poder Legislativo Municipal (01 titular e 01 suplente);
- 07 membros da sociedade civil (03 titulares e 04 suplentes);

O Sr. Rodolfo Cascão reforçou as atribuições do Grupo de Acompanhamento e, então, foi manifestado o interesse dentre os membros presentes da Sociedade Civil a compor o Grupo de Acompanhamento. Foi manifestado o interesse de 07 membros, que escolheram dentre eles quais seriam titulares e suplentes.

Por fim, foram apresentados os nomeados para compor o Grupo de Acompanhamento do Poder Executivo e Legislativo Municipal. Tendo como base a definição organizacional do Grupo de Acompanhamento foi feita a eleição dos membros, a seguir apresentados:

- Pedro Paulo Repolês, da Secretaria de Meio Ambiente, **titular**, representando o Poder Executivo Municipal;
- Márcio Verdão Torezani, Efetivo do Almoxarifado, **titular**, representando o Poder Executivo Municipal;
- José André dos Santos, Vereador, **titular**, representando o Poder Legislativo Municipal;
- José Geraldo da Silva, Vereador, **suplente**, representando o Poder Legislativo Municipal;
- Antônio Ribeiro, do Assentamento Ho Chi Min, **titular**, representando a Sociedade Civil;
- Janine Rocha de Castro, Presidente do Conselho Municipal de Educação, **titular**, representando a Sociedade Civil;
- Anderson Patrício Viana, UNICICLA, **titular**, representando a Sociedade Civil;
- Karina Barbosa Soares de Oliveira, **suplente**, representando a Sociedade Civil;
- Paulo Renato Gonçalves dias, **suplente**, representando a Sociedade Civil;
- Samuel de Almeida Souto, **suplente**, representando a Sociedade Civil;

- Nirlando José de Chaves, **suplente**, representando a Sociedade Civil.

**Figura 8 - Votação do Grupo de Acompanhamento**



**Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2016**

## **2.6 Encerramento**

Para encerrar, o Sr. Rodolfo Cascão realizou a leitura da ata da reunião, aprovada por todos. Após a conclusão de todos os pontos de pauta, o Coordenador da mesa encerrou oficialmente os trabalhos.

**Figura 9 - Leitura e Assinatura da Ata da Audiência Pública**



**Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2016**

## **PARTE 03 - RELATÓRIO DESCRITIVO E FOTOGRÁFICO DO PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL**

### **1 METODOLOGIA DA MOBILIZAÇÃO**

O processo de mobilização dos projetos de revisão dos planos diretores tem como um de seus objetivos sensibilizar o indivíduo frente a sua responsabilidade social na cidade e na metrópole, além de integrar esforços no sentido de criar os canais necessários para garantir na discussão da revisão dos planos diretores a representatividade de todos os segmentos sociais tais como: as comunidades locais, os movimentos sociais, a iniciativa privada e os poderes públicos nas esferas federal, estadual e municipal, no âmbito do legislativo, do executivo e do judiciário.

As experiências inovadoras têm incorporado cada vez mais a participação popular em diferentes graus e formatos e, especialmente neste contexto envolvendo a dimensão municipal e metropolitana, esta participação é sempre um desafio. Apesar de o cidadão ter sua raiz no município onde habita, deve também perceber-se como sujeito que atua, consciente e responsavelmente, não apenas na sua cidade, mas também em todas as outras que compõem a Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH.

Pode-se afirmar que a audiência pública de lançamento da revisão dos planos diretores realizadas no dia 09 de novembro no município de Nova União foi importante no sentido de intensificar a discussão e envolvimento da sociedade local nas questões do planejamento urbano, em especial, no que se refere à discussão do plano diretor municipal e sua relação com o plano metropolitano.

A metodologia da mobilização social no contexto do projeto de revisão dos planos diretores pressupõe o desenvolvimento de uma ação participativa a partir de quatro dimensões: comunicação, educação, organização e cultura. Cada um desses componentes contribui com ênfases distintas em cada fase do processo de construção coletiva de conhecimento. Para garantir a continuidade desse envolvimento será importante construir um espaço permanente de consultas,

debates, informação, mobilização e participação dos múltiplos agentes públicos, privados e sociedade civil. Não menos importante, a dimensão da educação deverá ser considerada para assegurar a formação permanente de sujeitos coletivos, que possam atuar e contribuir efetivamente na definição das prioridades para os municípios. Nesta perspectiva, a implantação dos LUMEs – Lugares de Urbanidade Metropolitana – é mencionada como prioridade na definição das metas do projeto e na agenda da mobilização social.

Para atingir os objetivos do eixo da Comunicação é fundamental um fluxo de informações contínuo, utilizando-se de instrumentos permanentes de comunicação que alcancem todos os segmentos da população. Neste sentido, nesta primeira etapa da realização da audiência dentre os instrumentos de mobilização utilizados destacam-se os contatos telefônicos, reforçando os convites e mensagens enviadas por correio eletrônico e redes sociais. Para Nova União foram realizados cerca de 10 contatos reforçando os convites e mensagens enviadas por correio eletrônico e redes sociais.

Os contatos telefônicos foram realizados primeiramente secretaria de meio-ambiente. De forma complementar e reforçando a mobilização do município a equipe de mobilização contatou as entidades e/ou instituições da sociedade civil relacionadas no banco de dados do projeto do PDDI e macrozoneamento, em especial, lideranças atuantes na causa metropolitana no referido município.

Considerando a importância da participação dos vereadores também foram realizados contatos telefônicos para a câmara municipal e vereadores.

Complementando os telefonemas foram enviados os seguintes comunicados e/ou convites:

- a) Minuta Proposta e Convites Finais enviados pelo município para autoridades/entidades (Anexo V)
- b) Minuta do Edital de Convocação para Audiência Pública (Anexo VI)
- c) Convite para reforçar mobilização – Modelo e E-mail enviado ao município (Anexo VII)

- d) Orientações para realização da Audiência Pública (Anexo VIII)
- e) Formato Audiência (Anexo IX)
- f) Minuta da Ata da Audiência de lançamento do processo de Revisão do Plano Diretor Municipal (Anexo X)
- g) Atribuições do Grupo de Acompanhamento (Anexo XI)
- h) Minuta do Decreto Lei de legitimação do Grupo de Acompanhamento (Anexo XII)

## **2 AVALIAÇÃO DA MOBILIZAÇÃO NO MUNICÍPIO**

Pode-se afirmar que em todos os municípios os objetivos prescritos pela equipe técnica e de mobilização da UFMG foram atingidos com destaque para: (a) esclarecimentos gerais sobre a contextualização do projeto e do plano diretor municipal; (b) informes sobre processo participativo da revisão dos Planos Diretores; (c) organização e logística adequadas para viabilizar a audiência; (d) divulgação e mobilização da sociedade local conforme prescrição do Estatuto da Cidade e da Metrópole ratificadas nas exigências contratuais do Termo de Cooperação assinados pela Agência Metropolitana/UFMG/Ministério Público/Município; (e) participação dos diferentes segmentos da sociedade local e representantes do poder público executivo e legislativo municipais; (f) elaboração da ata da audiência sob a responsabilidade do município; (g) formação do grupo de acompanhamento.

Figura 10 - Material de divulgação no município



Fonte: Prefeitura Municipal de Nova União, 2016

Figura 11 - Foto da divulgação no município



Fonte: Prefeitura Municipal de Nova União, 2016

**Figura 12 - Foto da divulgação no município**



**Fonte: Prefeitura Municipal de Nova União, 2016**

Em Nova União houve um antecedente de dificuldades quando da realização do projeto Macrozoneamento com baixa participação e mesmo cancelamento de eventos. Mesmo assim percebeu-se um esforço de mobilização pelo Secretário de Meio Ambiente que entre outras mídias afixou cartazes em alguns locais estratégicos. Podemos considerar que isso resultou num número razoável para bom de cerca de 40 participantes dos vários segmentos da sociedade, legislativo e prefeitura, inclusive com a presença do prefeito abrindo e prestigiando a audiência. A mobilização foi complementada acionando as relações já existentes entre lideranças locais e a equipe de mobilização e equipe técnica da UFMG.

## ANEXO I - CÓPIA DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO



### MUNICÍPIO DE NOVA UNIÃO ESTADO DE MINAS GERAIS

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE LANÇAMENTO DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE NOVA UNIÃO – MG

A Prefeitura Municipal de Nova União convida para a Audiência Pública de Lançamento da Revisão do PLANO DIRETOR de Nova União. O evento tem o objetivo de informar e desencadear um processo que venha readequar e compatibilizar o Plano Diretor e a legislação municipal vigente com os marcos dos Estatutos da Cidade e da Metrópole, bem como os avanços propostos pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) e o Macrozoneamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH).

**Data:** 9 de novembro 2016, quarta-feira.

**Local:** plenário da Câmara Municipal de Nova União, localizado na Avenida José Afonso Fernandes, nº 825, centro.

**Horário:** de 17h as 20h.

**Participantes:** Representantes do Poder Público municipal e estadual, da Câmara dos Vereadores, dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada, das entidades metropolitanas, da Equipe técnica da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e da Agência Metropolitana, bem como da população em geral.

**Pauta:** Lançamento público da revisão do atual Plano Diretor; apresentação e formulação de um processo participativo com envolvimento do governo municipal e da sociedade local; função técnica da Prefeitura Municipal, Câmara dos Vereadores, Agência Metropolitana e Equipe técnica da UFMG.

Geraldo de Paula Andrade  
Prefeito Municipal

## ANEXO II – CÓPIA DA ATA LAVRADA E ASSINADA DA AUDIÊNCIA



### **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO ESTADO DE MINAS GERAIS**

#### **ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE LANÇAMENTO DO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL**

Às 17 horas e 28 minutos do dia 09 do mês Novembro do ano de 2016, tendo por local a Câmara Municipal de Nova União, situada à Avenida José Afonso Fernandes, 825, foi realizada audiência pública convocada pelo Prefeito Municipal e pelo Presidente da Câmara Municipal do município de Nova União, no Estado Minas Gerais, com a finalidade de dar início ao Processo de Revisão do Plano Diretor Municipal.

Para a condução da presente Audiência Pública foram convidados para compor a mesa:

- Sr. Geraldo de Paula Andrade, Prefeito Municipal
- Sr. Ullima Gaspar, vice-prefeita eleita
- Roberto Luiz de Melo Monte-Mor, Coordenador da Equipe da UFMG
- Sabrina Faria Rocha, Assessora Técnica da Diretoria de Regulação, da Agência Metropolitana
- Sr. José Jesus, vereador eleito

Após a composição da mesa foi dada a palavra ao Sr. Geraldo de Paula Andrade, Prefeito Municipal, que destacou a necessidade da reformulação do Plano Diretor Municipal, elaborado em seu mandato anterior.

Em seguida foi apresentada a pauta da reunião, composta pelos seguintes tópicos principais:

- Contextualização Local;
- Apresentação do Processo de Revisão do Plano Diretor Participativo Municipal;
- Contribuições dos presentes à reunião;
- Eleição dos Grupos de Acompanhamento;
- Encerramento.

Após apresentação da pauta o Sr. Pedro Paulo Repolês, Secretário Municipal de Meio Ambiente explanou sobre o Plano Diretor vigente, aprovado pela lei municipal 615/2006, apresentando o que o compõe, destacando os pontos positivos e negativos, com ênfase na ausência do Conselho Municipal do Plano Diretor. Continuando apresentou um panorama urbanístico e populacional do município e legislação a ser considerada no processo de revisão do Plano Diretor Municipal em vigência.

Na sequência o Sr. Roberto Luiz de Melo Monte-Mor, Coordenador da Equipe da UFMG, contextualizou o processo de revisão do Plano Diretor dos municípios e a atuação neste processo da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte - AGÊNCIA RMBH e da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais – IPEAD / UFMG, destacando a importância da participação social no município, o que se dará através da formação do grupo de acompanhamento municipal. Continuando apresentou legislação específica na qual deve se apoiar a revisão do Plano Diretor Municipal, bem como os eixos estruturantes



## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO ESTADO DE MINAS GERAIS

do Plano, as etapas do processo de revisão a serem acompanhadas pela equipe da UFMG e as competências do grupo de acompanhamento municipal.

Na sequência a Sra. Sabrina Faria Rocha, Assessora Técnica da Agência Metropolitana se apresentou e se dispôs a esclarecer dúvidas.

Foi então aberta a fala aos presentes na audiência. O Sr. Anderson questionou sobre a formação e atuação do grupo de acompanhamento, o que foi esclarecido pelo Coordenador Roberto Monte-Mor, que destacou a amplitude de discussão na revisão do Plano e a necessidade de integração das diferentes áreas. O Sr. Anderson, continuou apresentando ações integradas já realizadas pela UNICICLA. Continuando o Sr. Paulo Renato indagou sobre a amplitude de discussão do Plano, se haveria uma integração com outros municípios, sendo esclarecido pelo Coordenador Roberto que o Plano será produto de Nova União, pensando sua realidade, mas não deixando de pensar as interferências de outros municípios. Continuando o Sr. Paulo Renato mencionou problemas de expansão no município e enfatizou a importância dessa revisão do Plano Diretor. O Sr. Nirlando tomou a palavra e ressaltou a necessidade dessa discussão realmente se dar na comunidade, fazendo-se as devidas correções no Plano Diretor em vigência e levando a conhecimento da população, fazendo da escola um espaço para disseminação das informações. O Sr. Antônio Ribeiro, representante do Assentamento Rouximim, destacou a importância de questões da agricultura, questões ambientais e culturais serem contempladas no Plano Diretor, e que deve-se garantir a representatividade do assentamento nas discussões. O Coordenador Roberto falou da preocupação com agricultura e cultura nas discussões do Plano, e que a universidade tem interesse em fortalecer tal discussão. O Sr. Pedro Repolês expôs que o Plano Diretor pode também contemplar os aspectos turísticos e ambientais, destacando as áreas de preservação do município. Continuando o Sr. Anderson apresentou a necessidade de implantação de economia solidária no município, tendo em vista que Nova União tem a agricultura como base econômica. A sra. Narli Barbosa, representante do Assentamento Rouximim, expôs suas observações quanto a falta de políticas sociais do município, e mostrou sua satisfação em participar dessa discussão enfatizou a falta de divulgação por parte do município. Tomada a palavra, o Sr. José Jesus, apresentou a necessidade de se pensar nas crianças nas discussões de revisão do plano, atentando-se para o esporte e lazer, evidenciando a ociosidade das crianças no município, que pode ocasionar problemas futuros. Destacou a falta de políticas municipais voltadas para o esporte e o lazer. O Coordenador Roberto expôs que as questões ligadas ao esporte, lazer e cultura são problemas de diversos municípios e que na revisão do Plano Diretor tais questões devem ser trazidas. O Sr. Paulo Renato afirmou que as discussões sobre esporte e lazer, devem partir do poder legislativo. Continuando, o vereador José Geraldo expôs que precisa-se pensar as questões do esporte e lazer também nas comunidades rurais. A sra. Karina também evidenciou a necessidade de se pensar nas crianças, bem como a precariedade da participação da população nas discussões, enfatizou a falta de divulgação por parte do município e a

Rua Presidente Kennedy, 29 – Centro - CEP: 34.990-000  
Fone/Fax: (31)3685.12.55



## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO ESTADO DE MINAS GERAIS

necessidade da participação popular. O Sr. Jair Ambrósio, destacou que a revisão do Plano Diretor chegou em bom momento, e que tem visto o desinteresse por parte das autoridades municipais e que acredita que a situação do município pode mudar.

Dando sequência às atividades foi encaminhada a eleição do Grupo de Acompanhamento. Definiu-se que o Grupo de Acompanhamento do Processo de Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Nova União será composto por 06 (seis) membros titulares e igual número de suplentes, organizado da seguinte forma:

- o 02 membros do Poder Executivo Municipal, indicados pelo Prefeito Municipal
- o 01 membro do Poder Legislativo Municipal, indicado pela Câmara Municipal
- o 03 membros da sociedade civil, eleitos;

Tendo como base a definição organizacional do Grupo de Acompanhamento foi realizada a eleição dos membros da sociedade civil, e expostos os nomes indicados para representar o poder executivo e legislativo, a seguir apresentados:

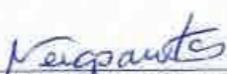
- o Pedro Paulo Repolês, representante do Poder Executivo, membro titular
- o Márcio Verdão Torezane, representante do Poder Executivo, membro titular
- o José André dos Santos, representante do Poder Legislativo, membro titular
- o José Geraldo da Silva, representante do Poder Legislativo, membro suplente
- o Janine Rocha de Castro, sociedade civil, Presidente do Conselho Municipal de Educação, membro titular
- o Anderson Patrício Viana, sociedade civil, representante da Associação de Reciclagem, membro titular
- o Antônio Ribeiro, sociedade civil, representante do Assentamento Rouximim, membro titular
- o Karina Barbosa Soares de Oliveira, sociedade civil, membro suplente
- o Paulo Renato Gonçalves Dias, sociedade civil, membro suplente
- o Samuel Almeida Souto, sociedade civil, membro suplente
- o Nirlando José Chaves, sociedade civil, membro suplente

Os membros do grupo de acompanhamento eleitos terão sua representação ratificada por decreto municipal a ser editado pela prefeitura. Cumprido o último ponto da pauta proposta encaminhou-se para o encerramento da audiência pública, sendo que esta contou com a presença de 40 (quarenta) cidadãos, conforme a lista de presença anexa. Na oportunidade, após debate com a comunidade e a população em geral, foi oficializada a abertura da revisão do Plano Diretor do Município de Nova União. Os trabalhos foram finalizados às 19 horas e 40 minutos do dia 09 de novembro de 2016. Para constar, Dione



**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

Aparecida da Silva Patrocínio, lavrei a presente Ata que será assinada pelo Presidente da Câmara Municipal e pelo Prefeito do Município.

  
\_\_\_\_\_  
Ney Gonçalves dos Santos  
Presidente da Câmara Municipal do  
Município de Nova União

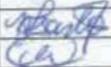
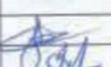
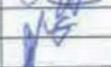
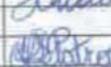
  
\_\_\_\_\_  
Geraldo de Paula Andrade  
Prefeito do Município de Nova União

**ANEXO III – LISTA DE PRESENÇA**

	<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO</b>		
<b>LISTA DE PRESENÇA</b>			
<b>EVENTO:</b> 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA REVISÃO PLANO DIRETOR	<b>DATA:</b> 09/11/2016		
<b>TIPO DE EVENTO:</b>  ABERTURA DO PROCESSO REVISÃO DO PLANO DIRETOR			
<b>LOCAL:</b> CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO	<b>DURAÇÃO:</b>		
<b>PARTICIPANTES:</b>			
<b>NOME</b>	<b>EMAIL</b>	<b>CARGO</b>	<b>ASSINATURA</b>
Samuel de Almeida Sabo	sabosamuel@brtur.com.br	Assessor	[Assinatura]
Milando José Chaves	milando.chaves@novauniao.org.br	Assessor	[Assinatura]
Roberto de Sá Baptista	roberto@novauniao.org.br	Assessor	[Assinatura]
Rafael Sebastião Jesus Coelho	rafael@novauniao.org.br	Assessor	[Assinatura]
Wesley Leal	wesley@novauniao.org.br	Assessor	[Assinatura]
Micael Macedo	micael@novauniao.org.br	Assessor	[Assinatura]
Emilia Bastos	emilia@novauniao.org.br	Assessor	[Assinatura]
Fabio Regina	fabio@novauniao.org.br	Assessor	[Assinatura]
Mauricio Antunes Fracasso da Silva	mauricio@novauniao.org.br	Assessor	[Assinatura]
Elias Vinícius dos Santos	elias@novauniao.org.br	Assessor	[Assinatura]
Eliandir de Paula	eliandir@novauniao.org.br	Assessor	[Assinatura]
Jose Jesus de Oliveira	jjos@novauniao.org.br	Assessor	[Assinatura]
Maria Soares Brito Simões	maria@novauniao.org.br	Assessor	[Assinatura]
Dr. Ricardo de Oliveira	ricardo@novauniao.org.br	Assessor	[Assinatura]
Andrezza Leticia da Silva	andrezza@novauniao.org.br	Assessor	[Assinatura]
Japineide Chade Castro	japineide@novauniao.org.br	Assessor	[Assinatura]
Antonio Ribeiro	antonio@novauniao.org.br	Assessor	[Assinatura]
Marli Barbosa Salla Brito	marli@novauniao.org.br	Assessor	[Assinatura]
Maria Magela	maria@novauniao.org.br	Assessor	[Assinatura]
PEDRO PEDRELLI	pedro@novauniao.org.br	Assessor	[Assinatura]

	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO
---	------------------------------------

**PARTICIPANTES:**

NOME	EMAIL	CARGO	ASSINATURA
Marcos Vinícius dos Santos			
Wluma Maria Pereira Gapan			
André Luiz de Aguiar			
PAULO RENATO G. DIAS			
João dos Santos			
Eugenio morici da silva		Administrador	
Alcides Augusto da Silva		Vereador	
Victor Hugo de Freitas Melo		Vereador	
RENATA GARCIA	renata.garcia@novauniao.com.br	Secretaria	
Antonio Carlos de Aguiar		Vigilante	
João Gomes de Aguiar		Vereador	
Roberto Henrique da Silva		Costureira	
Nilton Ferraz da Silva		Religiosa	
Samela Gomes de Almeida			
Denise de Fátima Teixeira			

## ANEXO IV - CÓPIA DO DECRETO DE FORMALIZAÇÃO DO GRUPO DE ACOMPANHAMENTO



### PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO ESTADO DE MINAS GERAIS

Decreto nº 821 de 16 de novembro de 2016

*Regulamenta e constitui o Grupo de Acompanhamento de Revisão do Plano Diretor do Município de Nova União.*

O Prefeito de Nova União, no uso de suas atribuições legais, no intuito de dar início ao processo de revisão do Plano Diretor conforme o §3º do artigo 40 da Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001 por meio do processo de participação popular nos termos dispostos no artigo 63 da Lei do Município de Nova União nº 615 de 22 de setembro de 2006 e em consonância com o §4º do artigo 40 e artigo 43 da Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001 e em referência à Audiência Pública ocorrida em 9 de novembro de 2016 convocada pelo Edital de Convocação publicado em 24 de outubro de 2016.

DECRETA:

**Art. 1º** - O Grupo de Acompanhamento para revisão do Plano Diretor de Nova União, Lei do Município de Nova União nº 615 de 22 de setembro de 2006, é composto por 6 membros titulares e seus respectivos suplentes na seguinte organização:

- I** – 2 Membros do Poder Executivo;
- II** – 1 Membro do Poder Legislativo;
- III** – 3 Membros da sociedade civil.

**Parágrafo único.** A composição do grupo de acompanhamento deverá sempre ser no mínimo paritária. Caso o número membros representantes da sociedade civil, por motivos supervenientes, se torne menor que 3, deverá ser reduzida a participação do Poder Público (Membro do Poder Executivo e/ou Membro do Poder Legislativo).

**Art. 2º** - A composição dos membros representantes da sociedade civil, titulares ou suplentes, apenas poderá ser alterada por meio de Audiência Pública convocada nos termos da Resolução Recomendada nº 25 de 18 de março de 2005 do Ministério das Cidades em atendimento aos princípios da publicidade e participação popular.

**Art. 3º** - A composição de titulares e suplentes do Grupo de Acompanhamento eleita em Audiência Pública realizada em 9 de novembro de 2016 é:

- I** – Pedro Paulo Repolês (Titular); Julia Márcia dos Santos (Suplente) – Membro do Poder Executivo;
- II** – Márcio Verdan Torezane (Titular); Fernanda Flávia Santos (Suplente) – Membro do Poder Executivo;
- III** – José Andre dos Santos (Titular); José Geraldo da Silva (Suplente) – Membro do Poder Legislativo;
- IV** – Janine Rocha de Castro (Titular), Presidente do Conselho Municipal de Educação; Karina Barbosa Soares de Oliveira (Suplente) – Membro Representante da Sociedade Civil;

**AFIXADO**  
16/11/2016  
[Assinatura]

Rua Presidente Kennedy, 29 – Centro - CEP: 34.990-000  
Fone/Fax: (31)3685.12.55



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO ESTADO DE MINAS GERAIS**

V – Anderson Patrício Viana (Titular), Presidente da UNICICLA; Paulo Renato Gonçalves Dias (Suplente) – Membro Representante da Sociedade Civil;  
VI – Antônio Ribeiro (Titular), Assentamento Ho-Chi-Ming; Samuel Almeida Souto e Nirlando José Chaves (Suplentes) – Membros Representantes da Sociedade Civil.

**Art. 4º** - São atribuições do Grupo de Acompanhamento:

- I – Participar da capacitação específica sobre temas relacionados à revisão do Plano Diretor, a ser promovida pela equipe técnica da Universidade;
- II – Participar das audiências públicas, oficinas e demais reuniões relacionadas ao processo de revisão do Plano Diretor;
- III – Promover a divulgação e disseminação das informações produzidas ao longo dos trabalhos desenvolvidos;
- IV – Discutir com os setores que representam sobre toda e qualquer informação de interesse público relativa ao processo de revisão do Plano Diretor;
- V – Auxiliar na estruturação e funcionamento do Espaço Plano Diretor – físico e virtual;
- VI – Fornecer, caso existentes, dados e informações produzidas pelas diferentes instâncias do poder público e da sociedade civil organizada que possam subsidiar os trabalhos de revisão do Plano;
- VII – Auxiliar, em parceria com o poder público estadual, na leitura, análise e sugestões dos produtos entregues referentes às diferentes etapas do trabalho desenvolvido pela equipe técnica.

**Art. 5º** - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Nova União, 16, de novembro de 2016

*Geraldo de Paula Andrade*  
Prefeito Municipal  
Nova União/MG

**GERALDO DE PAULA ANDRADE**  
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA UNIÃO

**AFIXADO**  
16/11/2016  
*(Assinatura)*

## **ANEXO V - MINUTA PROPOSTA E CONVITES FINAIS ENVIADOS PELO MUNICÍPIO PARA AUTORIDADES/ENTIDADES**

O modelo abaixo, encaminhado por e-mail ao município de Nova União, foi elaborado pela equipe técnica como sugestão de convite a ser enviado para autoridades e entidades locais pertinentes. Ressalta-se contudo a autonomia dos municípios para enviar os convites nos formatos que lhes é habitual, de forma a garantir a plena divulgação do processo. No caso de Nova União, além do ofício anexado abaixo, segue também a lista de convidados a receberem ofícios impressos (ofício nº 142/2016) e outros convites feitos através de fixação do edital em diferentes prédios da administração pública.

### **– MODELO –**

#### **MINUTA DE OFICIO A AUTORIDADES/ENTIDADES**

OF. CIRC. YYYYYYYY

XXXXXXXXXX, XX de XXX de 2016

Prezado Senhor(a),  
A Prefeitura Municipal de XXXXXXXXXXXX { *e caso exista*... e o Conselho das Cidades} convida (m) para a Audiência Pública de Lançamento da Revisão do PLANO DIRETOR de XXXXXXXXXXXX no dia xxx de XXXXXX 2016, XXXXX-feira ou sábado, na XXXXXXX (ex. auditório...) Rua xxxxxxz, numero xxxx, bairro xxxx, no horario das XXXXXX hs as XXXXXXX hs (2 horas e meia de duração).

O evento tem o objetivo de informar e desencadear um processo que venha readequar e compatibilizar o Plano Diretor e a legislação municipal vigente, com os marcos dos Estatutos da Cidade e da Metrópole, bem como os avanços propostos pelo PDDI – Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e o Macrozoneamento da RMBH – Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Esta primeira audiência pública, de uma série de três, que contará com a participação de Equipe técnica da UFMG e representantes da Agencia Metropolitana, pretende envolver o poder executivo municipal, Câmara Municipal, representantes de entidades, movimentos sociais e da iniciativa privada deste município.

Outras informações poderão ser obtidas pelo telefone: XXXXXXXXXXXX.

Município, data XXXXXXXXXXXXXXXX

Certa de seu interesse e especial acolhida, apresento os meus cordiais cumprimentos.  
Atenciosamente,

Assinatura de representante do poder executivo

(eventualmente)

Representante do Conselho das Cidades



**MUNICÍPIO DE NOVA UNIÃO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

Nova União, 18 de outubro de 2016

**Ofício nº. 142/2016**

**Assunto: Revisão do Plano Diretor de Nova União**

Prezado(a) Senhor(a),

A Prefeitura Municipal de Nova União convida você a participar da Audiência Pública de Lançamento da Revisão do PLANO DIRETOR de Nova União, a realizar-se no dia 9 de novembro de 2016, quarta-feira, no plenário da Câmara Municipal de Nova União, localizado na Avenida José Afonso Fernandes, nº 825, centro, de 17h as 20h.

O evento tem o objetivo de informar e desencadear um processo que venha readequar e compatibilizar o Plano Diretor e a legislação municipal vigente com os marcos dos Estatutos da Cidade e da Metrópole, bem como os avanços propostos pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) e o Macrozoneamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH).

Esta primeira audiência pública, de uma série de três, contará com a participação de Equipe técnica da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e representantes da Agência Metropolitana e pretende envolver o Poder Executivo municipal, Câmara Municipal, representantes de entidades, movimentos sociais e da iniciativa privada deste Município.

Outras informações poderão ser obtidas pelo telefone: (31)36851363

Certo de seu interesse e especial acolhida, apresento os meus cordiais cumprimentos.

Atenciosamente,

**Geraido de Paula Andrade**  
**Prefeito Municipal**

Rua Presidente Kennedy, 29 – Centro - CEP: 34.990-000  
Fone/Fax: (31)3685.12.55

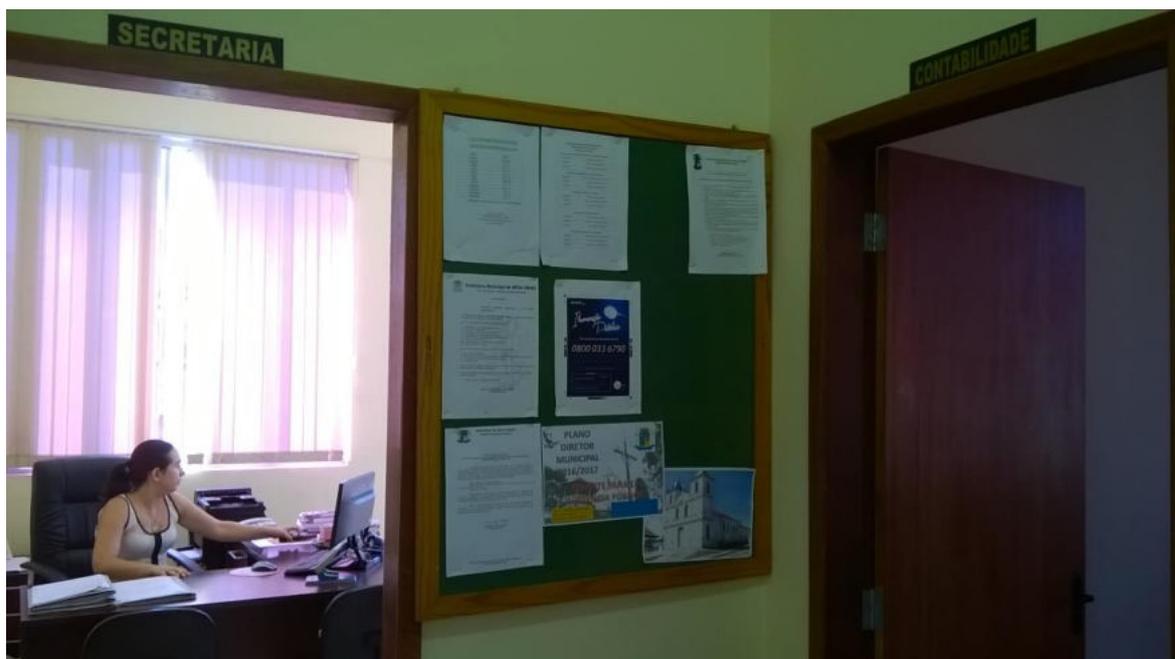


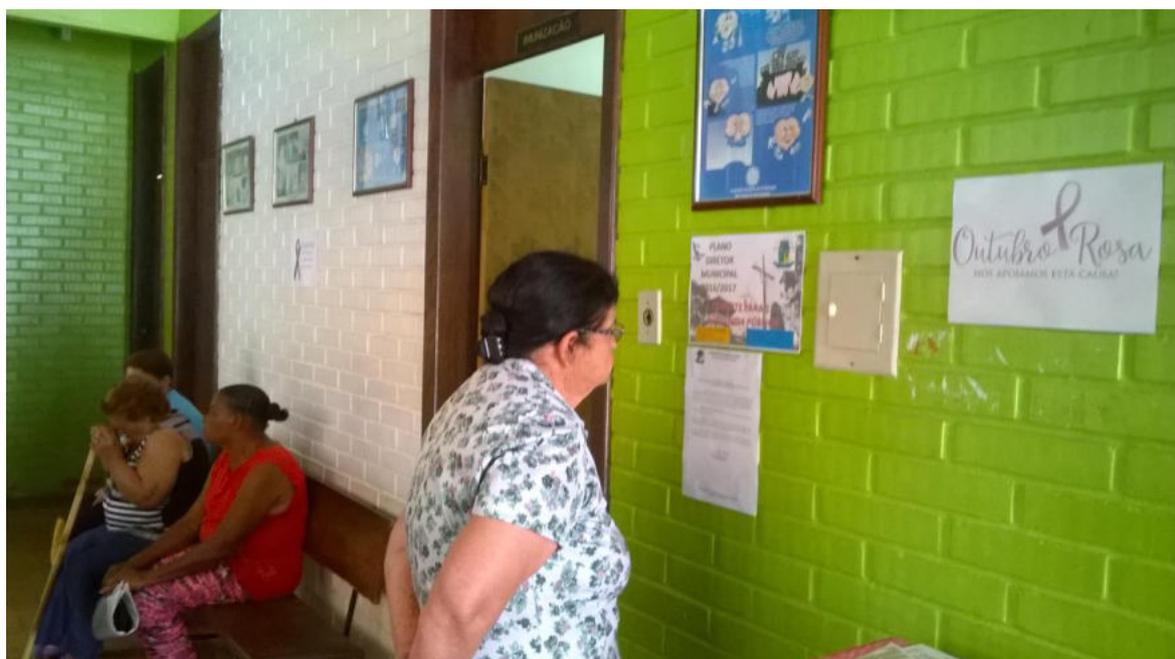
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**LISTA DE CONVIDADOS:09/11/2016**

	NOME CONVITE	ASSINATURA	CARGO FUNÇÃO	FONE	CONFIRMA.
1	Alton Guimarães Rosa	Alessandra Liba	Prefeito eleito		
2	Flávia da C. Costa	Mmsilva	Vereadora		
3	Gilberto dos R. Pereira	Mmsilva	Vereador		
4	José Andre dos Santos	Mmsilva	Vereador		
5	Jair Igino Rodrigues	Mmsilva	Vereador		
6	Joaquim Aurélio Pinto	Mmsilva	Vereador		
7	José Geraldo da Silva	Mmsilva	Vereador		
8	Marcelo M. dos Santos	Mmsilva	Vereador		
9	Nei G. dos Santos	Mmsilva	Vereador		
10	Nilton Ferreira da Silva	Mmsilva	Vereador		
11	Alex das D. Magalhães	Mmsilva	Vereador eleito		
12	José Geraldo Pinto	Mmsilva	Vereador eleito		
13	José Jesus de Oliveira	Mmsilva	Vereador eleito		
14	Sidney E. da S. Santos	Mmsilva	Vereador eleito		
15	Nilza S. de C. Meireles	Mmsilva	Vereadora eleita		
16	Juliana Oliveira		Jurídico PMNU		
17	Jessica C. Nascimento		S. Assis. Social		
18	Meire S.P. Fernandes		S. Educação	3685-1241	
19	Danielly A. de Jesus		S. Saúde		
20	Denon da U. Borges		S. Transportes		
21	Mariana S. da Silva		S. Administração		
22	GPMA Caeté		Polícia Meio Amb		
23	2º GPM Nova União		PMMG		
24	Antônio Maximiano S.L.		Cartório		
25	Drª Danizia/ Drª Shermila		2º Promotoria Justiça de Caeté.		
26	Claudio J. da Silva		Pr. Igreja Católica		
27	Geraldo de P. Andrade		Prefeito		
28	Nilo de P. Magalhães		Vice Prefeito		
29	Antônio J. Gonçalves		Pr. Igreja Batista		
30	Mauro Arthur		Pr. Igreja Cat.-NA		
31	Ullima Gaspar		Vice Prefeita elei.		
32					
33					
34					
35					
36					
37					
38					
39					
40					

OBSERVAÇÕES: 1ª Audiência pública para revisão do Plano Diretor.





## ANEXO VI - MINUTA DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

### – MODELO –

(LOGOMARCA DA PREFEITURA)

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE LANÇAMENTO DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE XXXXXXXXXXXXXXXX

A Prefeitura Municipal de XXXXXXXXXXXX { *(e caso exista)*... e o Conselho das Cidades} convida (m) para a Audiência Pública de Lançamento da Revisão do PLANO DIRETOR de XXXXXXXXXXXX. O evento tem o objetivo de informar e desencadear um processo que venha readequar e compatibilizar o Plano Diretor e a legislação municipal vigente, com os marcos dos Estatutos da Cidade e da Metrópole, bem como os avanços propostos pelo PDDI – Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e o Macrozoneamento da RMBH – Região Metropolitana de Belo Horizonte.

**Data:** xxx de XXXXXX 2016, XXXXX-feira ou sábado

**Local:** XXXXXXX (ex. auditório...) Rua xxxxxxz, numero xxxx, bairro xxxxx

**Horário:** das XXXXXX hs as XXXXXX hs (2 horas e meia de duração)

**Participantes:** Representantes do Poder Público municipal e estadual, da Câmara dos Vereadores, dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada, das entidades metropolitanas, da Equipe técnica da UFMG e da Agência Metropolitana, bem como da população em geral.

**Pauta:** Lançamento público da revisão do atual Plano Diretor; apresentação e formulação de um processo participativo com envolvimento do governo municipal e da sociedade local; função técnica da Prefeitura Municipal, Câmara dos Vereadores, Agência Metropolitana e Equipe técnica da UFMG.

Município, data XXXXXXXXXXXXXXXX

Assinatura de representante do poder executivo

(eventualmente)

Representante do Conselho das Cidades

## ANEXO VII - CONVITE PARA REFORÇAR MOBILIZAÇÃO – MODELO E EMAL ENVIADO AO MUNICÍPIO

A EQUIPE DO PLANO METROPOLITANO DE REVISÃO DE PLANOS DIRETORES MUNICIPAIS JUNTAMENTE À AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA RMBH E AS ADMINISTRAÇÕES MUNICIPAIS CONVIDAM PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE LANÇAMENTO DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE:

# NOVA UNIÃO

**DATA:** 09 de Novembro 2016

**HORA:** 17:00

**LOCAL:** Câmara Municipal de Nova União

Ave. José Afonso Fernandes, 825 - Centro

### AGENDA COMPLETA DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

- |          |   |  |
|----------|---|--|
| 04/11/16 | ● | <b>Audiência Pública de Baldim_ 14:00</b><br>Local: Câmara Municipal de Baldim<br>Rua Vitalino Augusto, 75 - Centro                                  |
| 04/11/16 | ● | <b>Audiência Pública de Juatuba_ 17:00</b><br>Local: Câmara Municipal de Juatuba<br>Rua Mario Teixeira - Centro                                      |
| 07/11/16 | ● | <b>Audiência Pública de Vespasiano_ 14:00</b><br>Local: Auditório da Prefeitura Municipal<br>Ave. Prefeito Sebastião Fernandes, 479 - Centro         |
| 08/11/16 | ● | <b>Audiência Pública de Sarzedo_ 09:30</b><br>Local: Câmara Municipal de Sarzedo<br>Rua Professora Efigênia Mendonça, 199 - Vila Satélite            |
| 08/11/16 | ● | <b>Audiência Pública de Mateus Leme_ 17:00</b><br>Local: Câmara Municipal de Mateus Leme<br>Ave. Getúlio Vargas, 736 - Centro                        |
| 09/11/16 | ● | <b>Audiência Pública de Caeté_ 09:30</b><br>Local: Fundação Educacional de Caeté<br>Ave. Padre Vicente Cornelio Borges, 20 - José Brandão            |
| 09/11/16 | ● | <b>Audiência Pública de Itaiaçu_ 14:00</b><br>Local: Ginásio Santino Mendonça Chaves<br>Rua Anísio Chaves Mendonça - Centro                          |
| 09/11/16 | ● | <b>Audiência Pública de Nova União_ 17:00</b><br>Local: Câmara Municipal de Nova União<br>Ave. José Afonso Fernandes, 825 - Centro                   |
| 10/11/16 | ● | <b>Audiência Pública de Rio Manso_ 14:00</b><br>Local: Câmara Municipal de Rio Manso<br>Rua Vicente Luiz da Silva, 144 - Souza Lima                  |
| 10/11/16 | ● | <b>Audiência Pública de Campim Branco_ 15:00</b><br>Local: Câmara Municipal de Capim Branco<br>Praça Jorge Ferreira Pinto, 20 - Centro               |
| 16/11/16 | ● | <b>Audiência Pública de São Joaquim de Bicas_ 09:30</b><br>Local: Auditório da Escola Municipal Atidório Amarel<br>Rua Ruberval Dias, 18 - Tapanuara |

Convite Audiência Pública Revisão Plano Diretor Entrada x



**Heloisa Andrade** <helo.and51@gmail.com>

3 de nov

para Cco:fazenda, Cco:lidianecmdias, Cco:departamentotr., Cco:tapauca, Cco:mferreirapinto, Cco:carlarcarmo, Cco:sa

Reforçando convite da Prefeitura Municipal de Nova União a equipe do plano metropolitano de revisão dos planos diretores municipais (UFMG), em conjunto com a Agência Metropolitana convidada para audiência pública:

**Data: 09 de novembro de 2016**

**Horário: 17:00**

**Local: Câmara Municipal**

...

Equipe de Mobilização Plano Diretor

(31) 9 8779-3113

(31) 3234-0301



Convite Audiência Pública Revisão Plano Diretor Entrada x



**Heloisa Andrade** <helo.and51@gmail.com>

3 de nov

para Cco:fazenda, Cco:lidianecmdias, Cco:departamentotr., Cco:tapauca, Cco:mferreirapinto, Cco:carlarcarmo, Cco:sa

Reforçando convite da Prefeitura (UFMG), em conjunto com a Agência

de: **Heloisa Andrade** <helo.and51@gmail.com>

para:

cco: fazenda@cachacagermana.com.br, lidianecmdias@gmail.com, departamentotributariou@gmail.com, tapauca@yahoo.com.br, mferreirapinto@gmail.com, carlarcarmo@yahoo.com.br, saudenovauniao@yahoo.com.br, Meio Ambiente PM Nova União <meioambiente.pmnu@gmail.com>, nova.uniao@emater.mg.gov.br, sec.adm.pmnovauniao@gmail.com, andersonue@hotmail.com, compras.pmnovauniao@hotmail.com, derza.nogueira@cbhvelhas.org.br

data: 3 de novembro de 2016 12:32

assunto: Convite Audiência Pública Revisão Plano Diretor

enviado por: gmail.com

Importante segundo nossa poção mágica.



## ANEXO VIII - ORIENTAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

### ORIENTAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE LANÇAMENTO DO PLANO DIRETOR

O Município deve providenciar:

#### **Infraestrutura para Audiência Pública:**

- Local apropriado para o evento
- Equipamento de som (se possível, dois microfones)
- Projetor (data show), computador, telão.

#### **Equipe de suporte:**

- Recepção (mínimo de duas pessoas)
- Lista de Presença
- Pessoa responsável para secretariar e fazer a ata da audiência

#### **Grupo de Acompanhamento:**

a) O grupo de acompanhamento será formado por dois representantes do poder público municipal, um representante do Legislativo e três da sociedade civil.

b) O poder público municipal deve indicar com antecedência dois representantes para o grupo de acompanhamento. Os representantes do Legislativo e da Sociedade Civil serão escolhidos na Audiência Pública.

c) Complementação do Edital: publicar complementação do Edital conforme orientações abaixo especificadas.

**Mobilização ampla da sociedade civil** (entidades, associações, conselhos, fóruns, movimentos sociais, entre outros).

Ampla divulgação da audiência: além dos convites oficiais priorizar outras formas de mobilização tais como faixas, rádios, etc.

Equipe de Mobilização dos Planos Diretores  
Belo Horizonte, 27 de outubro de 2016

## ANEXO IX - FORMATO AUDIÊNCIA

Programação		Responsáveis	Duração
<b>Abertura</b>	Composição de mesa	CERIMONIAL (PREFEITURA)	20 MIN
	Apresentação / registro de presença autoridades		
	Fala de autoridade local		
	Programação		
<b>Contextualização Local</b>	Apresentação Sucinta do Plano Diretor Vigente	REPRESENTANTE MUNICÍPIO	20 MIN
<b>Contextualização Metropolitana</b>	Apresentação Sucinta Plano de Revisão : Diretrizes Conceitos Características Contrato + Resgate PDDI + Macrozoneamento	EQUIPE UFMG	40 MIN
<b>Apresentação do Plano de Revisão dos PDs</b>	Agenda de Elaboração do Trabalho		
	Atribuições do Grupo de Acompanhamento		
<b>Contribuições</b>	Abertura da Fala aos Presentes		
<b>Votação</b>	Eleição Grupo de Acompanhamento	20 MIN	
<b>Fechamento</b>	Leitura da Ata da Audiência	CERIMONIAL (PREFEITURA)	15 MIN
	Considerações Finais		

## ANEXO X - MINUTA DA ATA DA AUDIÊNCIA DE LANÇAMENTO DO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

### – MODELO –

#### ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE LANÇAMENTO DO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

Às 00 horas e 00 minutos do dia 00 do mês Novembro do ano de 2016, tendo por local a(o) Nnnnnnnn nn Nnnnnn, situado na (rua, Avenida, Alameda) Nnnnnnnnn nn Nnnnnn, foi realizada audiência pública convocada pelo(a) Prefeito(a) Municipal e pelo Presidente(a) da Câmara Municipal do Município de Nnnnnn nn Nnnnnn, no Estado Minas Gerais, com a finalidade de dar início ao Processo de Revisão do Plano Diretor Municipal.

Para a condução da presente Audiência Pública foram convidados, para compor a mesa:

- **(inserir nome completo, cargo e Instituição de todos os membros da mesa)**
- Após a composição da mesa foi dada a palavra ao(à) Sr.(a) (nome e cargo da autoridade local) que destacou **(inserir um breve resumo da apresentação da autoridade local)**

Em seguida foi apresentada a pauta da reunião, composta pelos seguintes tópicos principais:

- Contextualização Local;
- Apresentação do Processo de Revisão dos Planos Diretores Participativos Municipais;
- Contribuições dos presentes à reunião;
- Eleição dos Grupos de Acompanhamento;
- Encerramento.

Após apresentação da pauta o(a) Sr(a) **(inserir nome completo, cargo e Instituição)** apresentou um panorama da legislação urbanística vigente no município. Na sequência a(o) Sr(a) **(nome completo e cargo de membro da Equipe UFMG)** contextualizou o Contrato N° 002/2016, firmado no mês de setembro do corrente ano entre a Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte - AGÊNCIA RMBH, e a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais – IPEAD / UFMG, com previsão de execução em 15 meses. O corpo técnico assumiu a palavra e conduziu a exposição sobre o processo de revisão do Plano Diretor Municipal no contexto do planejamento metropolitano, bem como destacou as etapas e os produtos decorrentes do contrato em tela. Todos os produtos serão encaminhados ao Executivo Municipal, culminando com a versão revisada do Plano Diretor, contendo, inclusive, as propostas de projetos de leis complementares. Foi então aberta a fala aos presentes na audiência. **Relato breve das participações:** O Sr.(a) tomou a palavra e lembrou... caso não houver participações, anotar: e não havendo intervenções, deu-se sequência às atividades. No tópico seguinte, foi encaminhada a eleição do Grupo de Acompanhamento. Definiu-se que o Grupo de Acompanhamento do Processo de Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de xxxxxxxx será composto por (x) membros, organizado da seguinte forma:

- 0X membros do Poder Executivo Municipal (especificar);
- 0X membros do Poder Legislativo Municipal (especificar);
- 0X membros da sociedade civil (especificar);

Tendo como base a definição organizacional do Grupo de Acompanhamento foi realizada a eleição dos membros, a seguir apresentados:

- (Nome d(a)o cidadã(o), vinculação institucional / social)
- (Nome d(a)o cidadã(o), vinculação institucional / social)
- (Nome d(a)o cidadã(o), vinculação institucional / social)

Os membros do grupo de acompanhamento eleitos terão sua representação ratificada por decreto municipal a ser editado pela prefeitura. Cumprido o último ponto da pauta proposta encaminhou-se para o encerramento da audiência pública, sendo que esta contou com a presença de 000 cidadãos, conforme a lista de presença anexa. Na oportunidade, após debate com a comunidade e a população em geral, foi oficializada a abertura da revisão do Plano Diretor do Município de Nnnnnn nn Nnnnnnn. Os trabalhos foram finalizados às 00 horas e 00 minutos daquela data. Para constar, nome completo do funcionário que lavrou a ata, lavrei a presente Ata que será assinada pelo Presidente da Câmara Municipal e pelo Prefeito do Município.

---

Nnnnnn Nnnnnnn Nnnnnn  
Presidente da Câmara Municipal d  
Município de Nnnnn

---

Nnnnnn Nnnnnnn Nnnnnn  
Prefeito do Município de Nnnnnn |  
Nnnnnnn

## ANEXO XI - ATRIBUIÇÕES DO GRUPO DE ACOMPANHAMENTO

### ATRIBUIÇÕES DO GRUPO DE ACOMPANHAMENTO REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE XXXX AUDIÊNCIA PÚBLICA DE LANÇAMENTO

O Grupo de Acompanhamento do Plano Diretor apresenta-se como instância fundamental no processo participativo iniciado nesta Audiência Pública. De caráter paritário, o Grupo atua, sobretudo, como um canal de comunicação com os distintos atores envolvidos na revisão do Plano (poder público, sociedade civil, universidades, etc.). Nesse sentido, deve contar com pessoas interessadas e engajadas nos processos de planejamento e mobilização social que ocorrem no município.

Dessa forma, as principais atribuições do Grupo de Acompanhamento são as seguintes:

1. Participar da capacitação específica sobre temas relacionados à revisão do Plano Diretor, a ser promovida pela equipe técnica da Universidade;
2. Participar das audiências públicas, oficinas e demais reuniões relacionadas ao processo de revisão do Plano Diretor;
3. Promover a divulgação e disseminação das informações produzidas ao longo dos trabalhos desenvolvidos;
4. Discutir com os setores que representam sobre toda e qualquer informação de interesse público relativa ao processo de revisão do Plano Diretor;
5. Auxiliar na estruturação e funcionamento do Espaço Plano Diretor –físico e virtual;
6. Fornecer, caso existentes, dados e informações produzidos pelas diferentes instâncias do poder público e da sociedade civil organizada que possam subsidiar os trabalhos de revisão do Plano;
7. Auxiliar, em parceria com o poder público estadual, na leitura, análise e sugestões dos produtos entregues referentes às diferentes etapas do trabalho desenvolvido pela equipe técnica.

O Grupo de Acompanhamento será composto por membros titulares e suplentes representantes do poder público (executivo e legislativo) e da sociedade civil (movimentos sociais, entidades de classe, empresários, etc). Sua formalização se realizará via decreto municipal, o qual será promulgado após a realização desta Audiência de Lançamento.

O mandato dos membros eleitos é vigente até o encerramento das atividades da equipe técnica que coincide com a entrega da Minuta de Lei do Plano Diretor para as deliberações e votação na Câmara Municipal.

## ANEXO XII - MINUTA DO DECRETO LEI DE LEGITIMAÇÃO DO GRUPO DE ACOMPANHAMENTO

### – MODELO –

**Decreto nº XX de XX de XXXXXX de 2016**

*Regulamenta e constitui o Grupo de Acompanhamento de Revisão do Plano Diretor do Município de XXXXXXX.*

O Prefeito de XXXXXX, no uso de suas atribuições legais presentes no artigo XXX da Lei Orgânica do Município de XXXXXX de XX de XXXX de XXXX, no intuito de dar início ao processo de revisão do Plano Diretor conforme o §3º do artigo 40 da Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001 por meio do processo de participação popular nos termos dispostos no artigo XXX da Lei Complementar do Município de XXXXXXX nº XXX de XX de XXXXXX de XXXX e em consonância com o §4º do artigo 40 e artigo 43 da Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001 e em referência à Audiência Pública ocorrida em X de XXXXXX de XXXX convocada pelo Edital de Convocação publicado em XX de XXXXX de XXXX,

DECRETA:

**Art. 1º** - O Grupo de Acompanhamento para revisão do Plano Diretor de XXXXX, Lei Complementar do Município de XXXXX nº XXX de XX de dezembro de XXXX, é composto por 6 membros titulares e seus respectivos suplentes na seguinte organização:

- I** – 2 Membros do Poder Executivo;
- II** – 1 Membro do Poder Legislativo;
- III** – 3 Membros da sociedade civil.

**Parágrafo único.** A composição do grupo de acompanhamento deverá sempre ser no mínimo paritária. Caso o número membros representantes da sociedade civil, por motivos supervenientes, se torne menor que 3, deverá ser reduzida a participação do Poder Público (Membro do Poder Executivo e/ou Membro do Poder Legislativo).

**Art. 2º** - A composição dos membros representantes da sociedade civil, titulares ou suplentes, apenas poderá ser alterada por meio de Audiência Pública convocada nos termos da Resolução Recomendada nº 25 de 18 de março de 2005 do Ministério das Cidades em atendimento aos princípios da publicidade e participação popular.

**Art. 3º** - A composição de titulares e suplentes do Grupo de Acompanhamento eleita em Audiência Pública realizada em XX de XXXXXXX de 2016 é:

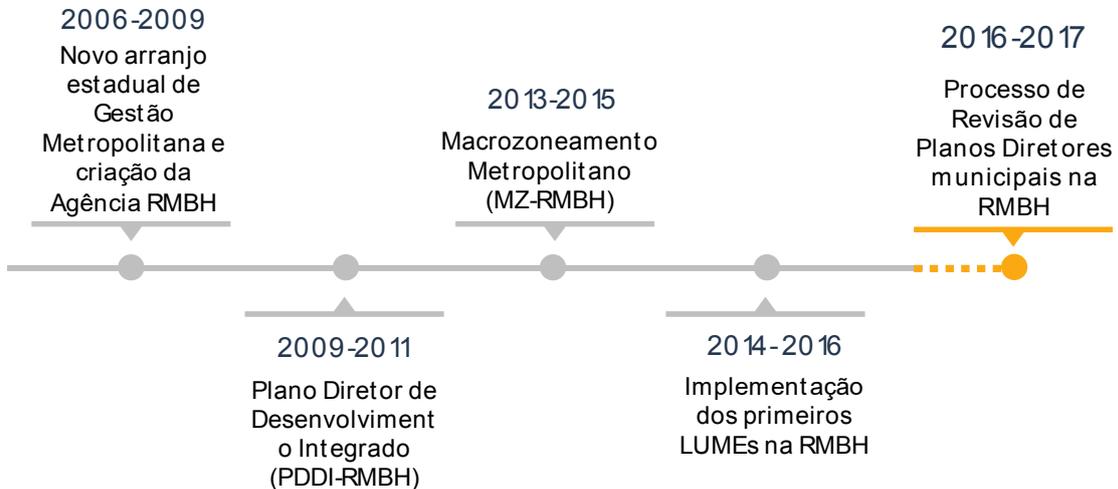
- I** - NOME (Titular); NOME (Suplente) – Membro do Poder Executivo;
- II** – NOME (Titular); NOME (Suplente) – Membro do Poder Executivo;
- III** – NOME (Titular); NOME (Suplente) – Membro do Poder Legislativo;
- IV** – NOME (Titular); NOME (Suplente) – Membro Representante da Sociedade Civil;
- V** – NOME (Titular); NOME (Suplente) – Membro Representante da Sociedade Civil;
- VI** – NOME (Titular); NOME (Suplente) – Membro Representante da Sociedade Civil.







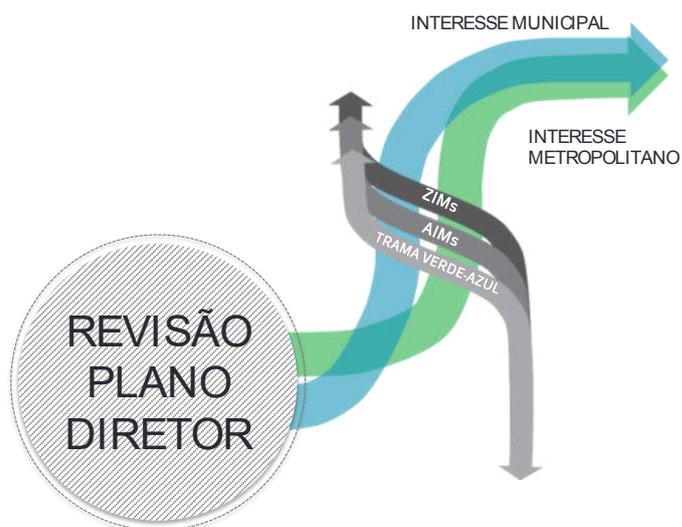
## Contextualização



## Revisão do Plano Diretor

### objetivos

1. Detalhamento das Zonas de Interesse Metropolitano, da Trama Verde e Azul e das Diretrizes do Macrozoneamento Metropolitano da RMBH em instância local
2. Assessoramento à revisão dos Planos Diretores de 11 (onze) municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH





## Revisão do Plano Diretor

### diretrizes gerais

1. Desenvolvimento do projeto de forma democrática e participativa: valorização do aprendizado social como complemento ao saber técnico;
2. Compatibilização, desenvolvimento e desdobramento local do PDDI e do Macrozoneamento Metropolitano;
3. Município enquanto parceiro no desenvolvimento das propostas;
4. Ideal de planejamento e gestão compartilhada do território metropolitano;
5. Amplo processo de participação social;
6. Construção de um sentimento de cidadania metropolitana.

?



## Atores





## Bases norteadoras do trabalho

Estatuto da Cidade – Lei nº 10.257 / 2001

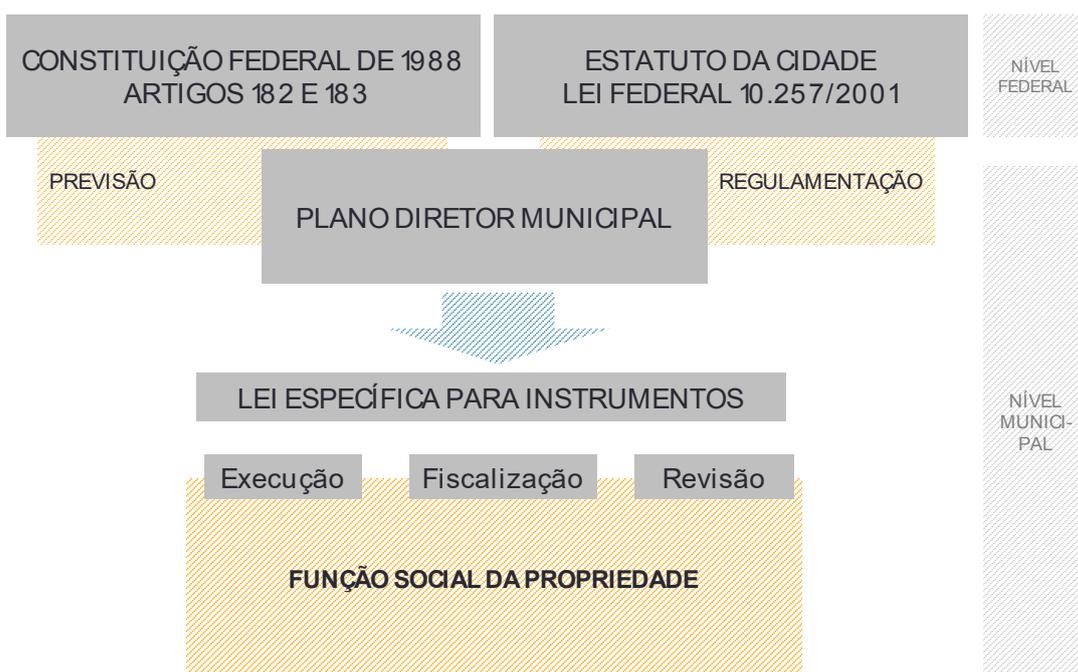
Estatuto da Metrópole – Lei nº 13.089 / 2015

Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI-RMBH)

Macrozoneamento Metropolitano (MZ-RMBH)



## Estatuto da Cidade





## Estatuto da Metr pole

### art. 9

Sem prejuizo da lista apresentada no art. 4o da Lei no 10.257, de 10 de julho 2001, no desenvolvimento urbano integrado de regiões metropolitanas e de aglomera es urbanas serão utilizados, entre outros, os seguintes instrumentos:

I – Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado

**PDDI-  
RMBH**

### art. 12

Plano de desenvolvimento urbano integrado de região metropolitana ou de aglomera o urbana deverá considerar o conjunto de Municípios que compõem a unidade territorial urbana e abranger áreas urbanas e rurais.

II – o macrozoneamento da unidade territorial urbana

**MZ-  
RMBH**



## Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado PDDI

POLÍTICAS, PROGRAMAS E PROJETOS

### DIMENSÕES ESTRUTURANTES E EIXOS TEMÁTICOS

TERRITORIALIDADE

INSTITUCIONALIDADE

ACESSIBILIDADE

SEGURIDADE

SUSTENTABILIDADE

URBANIDADE

### POLÍTICAS

PROGRAMAS

PROGRAMAS

PROGRAMAS

PROGRAMAS

PROJETOS

PROJETOS

PROJETOS

PROJETOS

PROJETOS

PROJETOS

PROJETOS

PROJETOS



## Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado PDDI

### Política Metropolitana Integrada de Regulação do Uso e da Ocupação do Solo

**Programa de Macrozoneamento Metropolitano;**

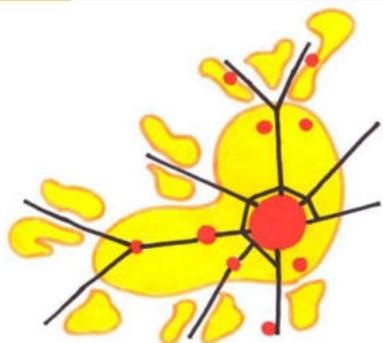
Programa de Regulação do Uso do Solo;

**Programa de Apoio à Revisão das Legislações Municipais;**

Programa de Apoio à Regularização Fundiária Sustentável.

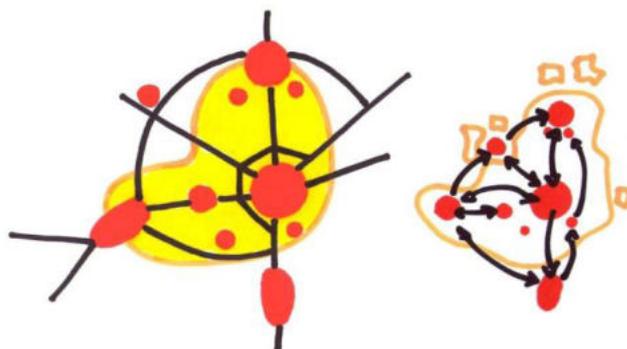


## Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado PDDI



**Situação atual:**  
Metrópole monocêntrica e estendida; sistema viário rádio-concêntrico

**Situação desejada:**  
Metrópole policêntrica e compacta; sistema viário organizado em rede





## Macrozoneamento Metropolitano



ZIMs

Zonas de Interesse  
Metropolitano



AIMs

Áreas de Interesse  
Metropolitano



TVA

Trama Verde e Azul

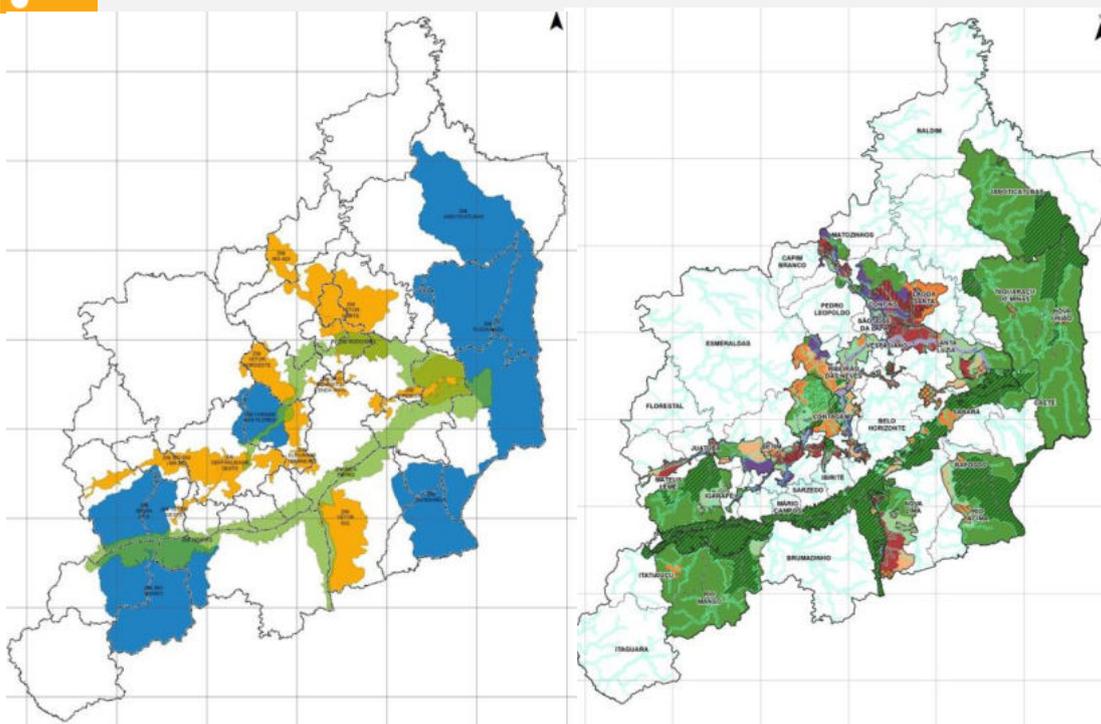


LUMEs

Lugares de  
Urbanidade  
Metropolitana



## Macrozoneamento Metropolitano







## Processo Participativo

### GRUPO DE ACOMPANHAMENTO

1. Participar da capacitação específica sobre temas relacionados à revisão do Plano Diretor;
2. Participar das audiências públicas, oficinas e demais reuniões relacionadas ao processo de revisão do Plano Diretor;
3. Promover a divulgação e disseminação das informações produzidas;
4. Discutir com os setores que representam sobre informações de interesse público relativa ao processo de revisão do Plano Diretor;
5. Auxiliar na estruturação e funcionamento do Espaço Plano Diretor – físico e virtual;
6. Fornecer dados e informações produzidos pelas diferentes instâncias do poder público e da sociedade civil organizada que possam subsidiar os trabalhos de revisão do Plano;
7. Auxiliar, em parceria com o poder público estadual, na leitura, análise e sugestões dos produtos desenvolvidos pela equipe técnica.

Processo de Revisão  
**planoDiretor**  
Assessoramento aos municípios | PDDI-RMBH



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO



AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO  
DA REGIÃO METROPOLITANA  
DE BELO HORIZONTE

